



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR
Licenciatura em Matemática

Sombrio

06/2020

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA

PRÓ-REITORA DE ENSINO

LUCAS BARCHINSKI SPILLERE

DIRETOR GERAL DO IFC – CAMPUS

VICTOR MARTINS DE SOUSA

GIOVANI MARCELO SCHMIDT

COORDENADOR DO CURSO

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	5
3. HISTÓRICO DO IFC – <i>CAMPUS</i>	7
4. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO	7
5. OBJETIVOS DO CURSO	7
5.1 OBJETIVO GERAL	7
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
6. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO	7
7. RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	7
7.1 INTERDISCIPLINARIDADE	7
7.1.1 Educação Ambiental	7
7.1.2 Educação Étnico-Racial	7
8. PERFIL DO EGRESSO	7
9. CAMPO DE ATUAÇÃO	8
10. FORMA DE ACESSO AO CURSO	8
11. MATRIZ CURRICULAR	8
11.1 MATRIZ CURRICULAR DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS PARA OS INGRESSANTES A PARTIR DE 2020	11
11.1.1 Disciplinas optativas	11
12. EMENTÁRIO	11
13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	12
14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	12
14.1 AVALIAÇÃO EXTERNA	13
14.2 AVALIAÇÃO INTERNA	13
15. TRABALHO DE CURSO (TC)	15
16. ESTÁGIO CURRICULAR	15
16.1 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	15
16.2 ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO	15
16.3 ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO	15
16.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO	15

17. LINHAS DE PESQUISA	15
18. AÇÕES DE EXTENSÃO	15
19. ATIVIDADES DO CURSO	15
19.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	15
19.2 ATIVIDADES DE MONITORIA	15
20. DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE DISPONÍVEL	15
21. DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL	16
22. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	17
22.1 BIBLIOTECA	17
22.2 ACESSIBILIDADE	17
23. CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA	17
24. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
25. REFERÊNCIAS	17
26. ANEXOS	17

APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e *Campus* Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Licenciatura em Matemática
COORDENADOR	Giovani Marcelo Schmidt CPF: 987.678.790 - 04 Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção exclusiva Mestre em Ensino de Matemática Telefone: (48) 3533-4001 E-mail: giovani.schmidt@ifc.edu.br
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	Nome: Carla Margarete Ferreira dos Santos CPF: 618.099.269-04 Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva Maior Titulação Concluída: Doutorado em Ciências e Engenharia de Materiais Telefone: (48) 3533 - 4001 E-mail: carla.santos@ifc.edu.br
	Nome: Carla Sofia Dias Brasil CPF: 665.244.400-30 Regime de trabalho: 40 horas Maior Titulação Concluída: Mestrado em Educação Telefone: (48) 3533 - 4001 E-mail: carla.brasil@ifc.edu.br
	Nome: Cleber Luiz Damin Ferro CPF: 02284619959 Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva Maior Titulação Concluída: Especialização em gestão de TI Telefone: (48) 3533 - 4001 E-mail: cleber.ferro@ifc.edu.br
	Nome: Darc Ionice Feijo Da Rocha CPF: 045.618.819-30 Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva Maior Titulação Concluída: Especialista em Atendimento Especial Especializado e Educação Inclusiva Telefone: (48) 3533 - 4001 E-mail: darc.rochat@ifc.edu.br
	Nome: Giovani Marcelo Schmidt CPF: 987.678.790-04 Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva Maior Titulação Concluída: Mestrado em Ensino de Matemática Telefone: (48) 3533 - 4001 E-mail: giovani.schmidt@ifc.edu.br
	Nome: Helmo Alan Batista de Araújo CPF: 280.930.398-30 Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva Maior Titulação Concluída: Mestrado em Física Telefone: (48) 3533 – 4001 E-mail: helmo.araujo@ifc.edu.br
	Nome: Jefferson Jacques Mendonça CPF: 016.670.939-59 Regime de trabalho: 40 horas - Dedicção Exclusiva Maior Titulação Concluída: Mestrado em Educação Científica e Tecnológica. Telefone: (48) 3533 – 4001 E-mail: jefferson.andrade@ifc.edu.br
	Nome: Lucas Spillere Barckinki

	<p>CPF: 037.188.869-79 Regime de trabalho: 40 horas - Dedicação Exclusiva Maior Titulação Concluída: Doutorado em Matemática Telefone: (48) 3533 – 4001 E-mail: lucas.barchinski@ifc.edu.br</p>
MODALIDADE	Presencial
GRAU	Licenciatura
TITULAÇÃO	Licenciado em Matemática
LOCAL DE OFERTA	<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Avançado Sombrio – SC Av. Prefeito Francisco Lummertz Júnior, 931 CEP 88960 - 000 Telefone: (48) 3533-4001 matemática.grad.sombrio@ifc.edu.br http://sombrio.ifc.edu.br/</p>
TURNO	Noturno
NÚMERO DE VAGAS	40 vagas
CARGA HORÁRIA DO CURSO	<p>Carga horária Núcleo Básico: 1.905 horas Carga horária Formação Profissional: 1.200 horas Carga horária Estágio Curricular Obrigatório: 405 horas Carga horária Trabalho de Conclusão: 30 horas Carga horária Atividades Complementares: 200 horas Carga horária Total: 3.305 horas</p>
PERIODICIDADE	Anual
PERÍODOS	Mínimo 8 semestres
LEGISLAÇÃO	<p>Legislações vigentes para o curso:</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996;</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003.</p> <p>Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004.</p> <p>Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002;</p> <p>Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005;</p> <p>Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004.</p> <p>Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010;</p>

	<p>Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 5.773/2006, Portaria Normativa nº 40/2007, Portaria 107/2004; Portaria Normativa nº 23/2010.</p> <p>Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008.</p> <p>Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos.</p> <p>Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.</p> <p>Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada: Resolução CNE nº 2/2015; Parecer CNE/CP nº 2/2015.</p> <p>Portaria Normativa 09/2016 do IFC</p> <p>Legislações específicas do curso</p>
--	--

Fonte: IFC – *Campus* Avançado Sombrio, 2020.

HISTÓRICO DO IFC – *CAMPUS* AVANÇADO SOMBRIO

O *Campus* Avançado Sombrio está localizado na Rua Prefeito Francisco Lummertz Júnior nº 930, Bairro Januária, município de Sombrio, extremo sul catarinense, na microrregião geográfica de Araranguá. A microrregião contava, em 2008, com uma população total de 199.901 habitantes, respondendo por 3,3% da população catarinense. A maior parte da população concentra-se no meio urbano (63,3%), numa taxa de urbanização inferior à média catarinense, que é de 78,7%. Apesar do setor de serviços ter a maior participação na formação do PIB (Produto Interno Bruto) regional, respondendo por 58,7%, há uma forte expressão da atividade agropecuária, pois em nove dos 15 municípios da microrregião, este setor predomina sobre as atividades industriais (IBGE, 2008), destaca-se o cultivo de arroz, fumo e banana.

A produção regional está ancorada em uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade de trabalho familiar, pois 65,1% dos estabelecimentos rurais da microrregião têm dimensões de até 20 hectares.

Segundo dados fornecidos pela AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, atualmente a microrregião conta com uma população de 190.312 habitantes, tendo um IDH de 0,727. O PIB gira em torno de R\$ 2,5 bilhões onde o setor do comércio e serviços responde por um total de 74% deste montante, seguido por indústria e o setor da agropecuária que contam com 13% de participação cada uma. Destaca-se que cerca de 13% da produção de arroz do estado de Santa Catarina tem origem no Extremo Sul Catarinense.

Apesar do perfil agropecuário, a atividade industrial é crescente, sobretudo nos dois municípios mais populosos da microrregião (Araranguá e Sombrio). Nestes, o setor calçadista, consolidado nos anos de 1970, ainda apresenta expressão. Contudo, o perfil industrial vem se ampliando, com um forte crescimento da indústria da confecção, ancorada nas economias de escala comandadas pelo polo confeccionista de Criciúma.

Foi em consonância com o perfil produtivo da região que, na década de 1990, reuniram-se esforços para a instalação de uma escola profissionalizante da rede federal de ensino no extremo sul catarinense. Inaugurada em 1993, a então Escola Agrotécnica Federal de Sombrio era a única instituição federal de ensino técnico a atuar no sul de Santa Catarina. Sua instalação, em uma região carente de instituições públicas de ensino profissional, consolidou o atendimento a uma ampla área de abrangência que demandava grandes esforços na formação de profissionais PROEJA. Este curso, realizado na unidade descentralizada de Sombrio, tinha como objetivo formar técnicos para os mais diversos segmentos do setor de serviços, do comércio e da própria indústria.

A ausência de opções de formação em nível superior na região forçava um grande número de jovens a interromper sua escolaridade pois não vislumbravam perspectivas para continuar seus estudos ou, no caso daqueles que tinham condição financeira, a buscar sua formação em nível superior em outras regiões. Assim, com a recente expansão da rede federal de educação profissional e a transformação de suas unidades em Institutos Federais de Educação, aptos para a oferta de ensino superior, a região está vivenciando a perspectiva concreta e imediata de ter essa demanda de ensino superior atendida, de forma gratuita.

Atualmente a Instituição oferece regularmente os Cursos de Nível Médio Técnico em Informática, Técnico em Agropecuária e Técnico em Hospedagem. Oferece, também, os cursos superiores de Engenharia Agrônômica, de Tecnologia em Redes de Computadores, Licenciatura em Matemática e de Tecnologia em Gestão de Turismo.

JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

Este projeto de curso se insere em uma proposta de formação de professores, construída no âmbito da Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

A distância existente entre o Extremo Sul Catarinense e as regiões onde estão localizadas as Universidades Públicas dificulta o deslocamento da população que, em sua maioria, fica cerceada de exercer o seu direito de ingressar em um curso superior gratuito, por residir em municípios distantes destas Universidades, o que é agravado pelas dificuldades econômicas das famílias desta região, uma das menos desenvolvidas do Estado.

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, estabeleceu como meta garantir a 70% dos professores do Ensino Infantil e Fundamental a formação específica em nível superior, de Licenciatura Plena, e a todos os professores do Ensino Médio também a formação em curso superior, conforme sua área de atuação, uma vez que a maioria dos sistemas e redes públicas de ensino não tem quadro de professores adequadamente formados para atuar no ensino médio.

O relatório recente do Conselho Nacional de Educação – CNE, que estimou essa demanda em 272.327 professores (MEC, 2007), fez com que os Institutos Federais assumissem o compromisso, quando na plenitude de seu funcionamento, de garantir 20% de suas matrículas em Cursos de Licenciaturas, haja vista a grande defasagem de profissionais habilitados em determinadas áreas.

Os Cursos de Licenciatura dos Institutos Federais têm como objetivo central a formação de professores para atuarem na Educação Básica, exercendo a docência do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, no Ensino Médio ou no Médio Integrado.

A Licenciatura Plena em Matemática é uma das áreas mais carentes de profissionais, dada a grande demanda de aulas dessa disciplina na Educação Básica.

Os números divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) referentes ao Censo da Educação Básica de 2007 demonstram que, nas escolas de Santa Catarina, 4,81% dos professores não têm diploma de ensino superior na área em que lecionam. No ensino médio, a porcentagem é maior – 5,76%.

Outro fator preocupante quando se analisa as carências profissionais na educação brasileira é que há uma forte concentração na oferta de cursos superiores pois, dos 5.561 municípios brasileiros, apenas 1080 têm cursos superiores e vinte municípios concentram 45% das matrículas no país, ou seja, têm mais de um milhão e seiscentos mil alunos. Assim tornou-se meta primordial do MEC a formação de professores, com o aumento na oferta de Licenciaturas ofertadas de forma gratuita e de forma descentralizada, atendendo às demandas distantes dos centros tradicionais de oferta do ensino superior.

As deficiências do ensino que é praticado em escolas de educação básica, e até mesmo em universidades, manifestam-se na evasão escolar, no alto índice de repetência, na crescente difusão dos chamados cursos informais preparatórios e, principalmente, no fraco desempenho dos alunos quando colocados diante de situações em que são solicitados a explicitar seu aprendizado. Tais situações são indicadores a serem considerados, desde as avaliações internacionais, como o projeto PISA, como as de cunho nacional, como o ENEM e o ENADE em nível superior, cujos resultados expõem de forma bastante objetiva, para não dizer dramática, o despreparo dos estudantes diante das demandas que se apresentam na sociedade.

O baixo desempenho que os estudantes apresentam nesses processos avaliativos é um problema geral, que perpassa todas as áreas do conhecimento, não sendo exclusivo de áreas específicas. No entanto, essas dificuldades de aprendizagem se revelam de forma ainda mais contundente quando se trata do ensino da Matemática, tanto no Nível Fundamental quanto no Médio. Esta situação motiva os gestores e professores do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Avançado Sombrio a apresentar a sua contribuição a fim de reverter este quadro de modo efetivo na sua região de abrangência, propondo a implantação de um curso de Licenciatura em Matemática.

OBJETIVOS DO CURSO

OBJETIVO GERAL

Preparar professores reflexivos com domínio do conhecimento matemático, científico e pedagógico para atuarem na educação básica, com ênfase na formação para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Formar profissionais com um currículo amplo e flexível, nas mais diversas modalidades, desenvolvendo atitudes que integrem os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos.

Formar professores capazes de produzir metodologias pedagógicas e de acompanhar os avanços científicos e tecnológicos, visando incorporar novas tecnologias à prática profissional, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Preparar para a constituição de competências profissionais referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática, à compreensão do papel social da escola, ao domínio do conhecimento pedagógico, ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

Propiciar aos alunos oportunidades de vivenciarem situações de aprendizagem de maneira a construir um perfil profissional adequado à formação de professores para a educação básica;

Garantir uma sólida formação de conteúdos matemáticos com domínio nas principais áreas da Matemática, formação pedagógica de qualidade necessária ao exercício do magistério e uma formação que possibilite a vivência crítica da realidade do ensino em sua região, dando-lhe condições de experimentar propostas interdisciplinares com seus alunos;

Preparar um profissional capaz de atuar como sujeito histórico na leitura e na produção de significados aos conceitos matemáticos, na resolução de problemas de seu cotidiano e na inserção da Matemática em outras áreas do conhecimento a ela relacionada possibilitando uma leitura contextualizada de sua realidade social;

Fornecer uma nova linguagem para o entendimento do mundo físico, permitindo o emprego do conhecimento matemático nas mais diversas áreas profissionais;

Construir espaços de formação inicial e continuada de professores com linhas de pesquisa na formação docente e interação com as escolas de educação básicas locais.

Compreender que os conteúdos de Matemática são inteirados às teorias existentes e relacioná-los com o cotidiano;

Evidenciar a educação científica em todas as atividades relacionado-a com o avanço tecnológico e suas relações sociais;

Propor atividades, do contexto curricular de Matemática, que proporcionem a vivência do método científico, desenvolvendo habilidades de investigação e senso crítico do aluno;

Vivenciar atividades com metodologia diversificada que expressem a melhoria da qualidade de ensino;

Estabelecer relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento;
Desenvolver habilidades científicas básicas através da confecção de equipamentos para laboratório com materiais alternativos e a elaboração de conceitos científicos básicos;
Analisar, selecionar e produzir material didático-pedagógico.

PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores apontam para a necessidade do reconhecimento e fortalecimento da identidade dos cursos de formação de professores/licenciaturas, indicando a docência como base comum na formação de professores em qualquer área e a unidade entre teoria e prática como princípios indissociáveis da formação.

Diante destas orientações, o Curso de Licenciatura em Matemática do IFC – *Campus Avançado Sombrio* adota como princípio filosófico a Filosofia da Práxis (Vásquez, 1977), segundo a qual o exercício da docência é concebido como prática social (produto e produtor) e plural, imbuída de processos teórico-práticos que levem o estudante a compreensão das relações e implicações entre educação, escola e sociedade. Com vistas à superação da dicotomia entre formação e campo de atuação profissional, enfatizando/valorizando a ideia de processo, de questionamento, de provisoriade do conhecimento, de compreensão e explicação de problemas vividos no cotidiano escolar e outros espaços socioeducativos.

Para que este processo de formação se efetive, faz-se necessário uma sólida fundamentação teórica em torno das questões da prática educativa e social compromissada com os processos educativos globais e locais. Para tanto, se tem como necessário a compreensão dos princípios:

Sócio histórico do conhecimento, compreensão do conhecimento como produto da construção histórica;

- b) Concepção de sociedade, justiça social e da diversidade cultural;
- c) Compreensão da pesquisa como processo educativo, enquanto fio condutor e elemento articulador dos demais componentes curriculares e da relação teoria e prática;
- d) Compreensão da práxis, enquanto unidade teoria prática.

6.1. MODALIDADE EAD

O curso de Licenciatura em Matemática do Campus Avançado Sombrio oferecerá disciplinas na modalidade a distância, a EAD, pensando na formação inicial do futuro docente de matemática, incluindo já nessa etapa o uso de recursos e metodologias digitais no processo de ensino e aprendizagem para que possam ter contato com essa modalidade de ensino, se familiarizar com a metodologia, e quem adquirir experiência para poder utilizá-la futuramente ao exercer a profissão.

Consonante com a perspectiva Moore e Kearsley(2007)[1], para EaD, na qual alunos e professores que estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam, e a visão de Kenski (2007)[2], que diz que a EaD pode ser entendida como uma educação que liberta os envolvidos na ação educativa das rígidas determinações dos espaços e tempos da educação escolar. Caracteriza-se pela possibilidade de deslocalização espaço temporal. Estando os estudantes nesses locais distintos, eles dependem de alguma tipo de tecnologia para transmitir informações e lhes proporcionar um meio para interagir, o curso de Licenciatura em Matemática do Campus Avançado Sombrio pretende fazer uma EaD de qualidade, primando pelo trabalho colaborativo, a integração das mídias digitais, o acompanhamento tutorial[3] frequente, com a mediação por meio de ferramentas síncronas e assíncronas, que aproximem o professor e o estudante.

Nessa etapa a distância, será utilizado, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle[4], onde o professor/tutor atua como mediador do processo de ensino-aprendizagem estimulando a autonomia, o trabalho colaborativo e a responsabilidade do acadêmico(a). O ambiente Virtual de Aprendizagem pretende, por meio de uma linguagem dialógica, problematizar a realidade aproximando a teoria da prática, a ciência e os saberes escolares. Esse é um recurso didático importante para a realização e organização dos conteúdos e saberes imprescindíveis para a formação dos(as) acadêmicos(as) do curso. Será utilizado também o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) para a informatização os procedimentos da área acadêmica para atuar como diário eletrônico e turma virtual para postagem de materiais e atividades.

As disciplinas serão organizadas com no mínimo 03 encontros presenciais, um deles preferencialmente no início do curso. A presencialidade poderá ocorrer também no horário de atendimento ao estudante, que poderá se dar

presencialmente e/ou a distância, conforme a organização das disciplinas/turmas.

A instituição conta com 5 Laboratórios de Informática com 20 computadores com acesso à internet, que serão disponibilizados para a utilização dos estudantes.

O ambiente Virtual de Aprendizagem possui um servidor com uma alta capacidade de armazenamento, possibilitando ao AVA domiciliar todas as disciplinas com qualidade.

O Campus Avançado Sombrio possui uma Sala de Gravação de Videoaulas com equipamentos específicos como câmera e tripé, gravador de áudio e computador, com um técnico com grande experiência na área.

Há também a disponibilidade para o uso de computadores com acesso à internet disponíveis na Biblioteca, bem como acesso a todo acervo físico e digital da mesma.

O curso possui professores(as) com vasta experiência em EaD, com publicação nacional e internacional na área. Conta também com recursos humanos com experiência em design instrucional, uma equipe multidisciplinar de acompanhamento pedagógico e um profissional com experiência na implementação e gestão do Ambiente Virtual Moodle, membro do CEAD/IFC.

Na matriz curricular do curso, as disciplinas que serão ofertadas na modalidade a distância totalizam uma carga horária de 630 horas e estão distribuídas da seguinte forma:

Semestre	Disciplinas	Carga Horária(h)
2	Concepções em educação matemática	30
	Teorias educacionais curriculares	60
3	Didática I	60
4	Psicologia da Educação	60
	Algebra Linear I	60
5	Cálculo III	60
	Física I	60
6	Física II	60
7	Matemática Financeira	60

	Matemática Fundamental III	30
8	Cálculo Numérico	60
	Artigo Científico	30

Houve uma preocupação didático-pedagógica ao distribuir as disciplinas ao longo de todo o curso, alternando entre as disciplinas da área da matemática, e da área pedagógica, para que houvesse um equilíbrio teórico.

As atividades de ensino-aprendizagem se darão de forma síncrona, webconferência, chat, chamadas de vídeo, e assíncrona, como tarefas, fóruns, wikis, portfólio, blog, entre outras.

Serão criadas metodologias de acompanhamento e avaliação das disciplinas a distância para reestruturação e aperfeiçoamento da oferta e implementação dessa modalidade no curso de Licenciatura em Matemática Campus Avançado Sombrio.

[1]MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

[2]KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.

[3] A tutoria é realizada pelo docente da disciplina.

[4] Link: <http://moodle.sombrio.ifc.edu.br>

RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Segundo Ponte (2003), para se tornar um professor de Matemática, o licenciando necessita de conhecimento matemático e conhecimento sobre o ensino de Matemática.

Mas, só isso, não basta. Ele precisa também assumir papéis, normas e valores fundamentais da profissão para qualificar-se à realização das atividades profissionais inerentes de um professor e de identificar-se pessoalmente com a profissão. Este aspecto, neste curso, procura ser reforçado pelo rol de disciplinas que integram as 405 horas de práticas como componente curricular.

É necessário, ao futuro professor, que ele compreenda o contexto escolar como um processo contínuo e dinâmico, influenciado por múltiplas variáveis educacionais, sociais, históricas e culturais, no qual se aprende e se trabalha desenvolvendo a identidade do professor em formação como agente ativo do processo educacional, ou seja, com a reflexão e a investigação da prática.

A reflexão sobre a prática pode ser realizada envolvendo planejamento e discussões sobre questões curriculares e eventos em sala de aula, despertando a atenção do licenciando para seu desenvolvimento contínuo enquanto professor de Matemática.

A investigação da prática diz respeito a envolver os licenciandos na resolução de problemas de conteúdo pedagógico, do tipo dos que são enfrentados por professores ao planejar e desenvolver atividades diárias; na análise de vídeos da própria prática do ensino; na análise e implementação de experiências de Educação Matemática. O diálogo com referenciais teóricos visa auxiliar o licenciando na perspectiva de análise dos diversos contextos (históricos, sociais, culturais, organizacionais, pedagógicos, dentre outros) nos quais se dá a atividade docente e, também, a compreender a si mesmo enquanto profissional em formação, de modo que possa neles intervir e transformá-los quando for preciso (PIMENTA; LIMA, 2004).

Nesta ênfase, a teoria não mais comanda a prática, não mais a orienta no sentido de torná-la dependente das ideias, como também não se dissolve na prática, anulando-se a si mesma. A prática, por seu lado, não significa mais a aplicação da teoria, ou uma atividade dada e imutável, mas pressupõe que a teoria e a prática educativa devem ser trabalhadas simultaneamente, constituindo uma unidade indissolúvel, e que isto deve acontecer em todos os componentes que tem como proposta a aproximação do licenciando ao contexto real de sua futura profissão (CANDAU; LELIS, 1995).

INTERDISCIPLINARIDADE

Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar, a metodologia e abordagem dos conteúdos buscará estabelecer relações entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como com aquelas que ocorreram nos semestres anteriores. A

articulação entre o corpo docente do curso é que vai permitir maiores avanços nas relações interdisciplinares a serem estabelecidas. Para garantir isso, o planejamento semestral será indispensável, a partir da internalização do projeto pedagógico pelo corpo docente. Conforme lei 9795-1999 em seu artigo 10 inciso 1º “A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”, desta forma a mesma será incluída no curso de Licenciatura em Matemática *Campus* Avançado Sombrio como tema transversal em atividades interdisciplinares.

Educação Ambiental

No que tange a educação ambiental um dos valores que se deseja construir no âmbito do curso para que esta também seja promovida na educação básica é a conscientização quanto a preservação. A visão de ciência construída e influenciada por questões políticas, sociais e econômicas e no que isso afeta as questões ambientais são discutidas desde o âmbito institucional até o âmbito do curso de Matemática por meio de atividades nas disciplinas do curso.

As questões ambientais são permeadas pela ciência o tempo todo. Atitudes como: separar o lixo, optar pela utilização de formas alternativas e não poluentes de transporte, utilizar recursos energéticos de forma consciente são exemplos de pequenas ações que tem um efeito positivo com relação à consciência de cidadania e que são fundamentais no processo de formação docente são abordados principalmente nas disciplinas de Políticas Públicas em Educação; Sociologia da Educação; Filosofia; Estatística e Tratamento da Informação; Educação, Trabalho e Sociedade; Teorias Educacionais e Curriculares; além das atividades elaboradas pelos acadêmicos nas disciplinas de Metodologia do Ensino da Matemática; Laboratório de Prática de Ensino Aprendizagem I e II; e Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

As questões ambientais também são ações da instituição, já que o IFC conta com um Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os campus. Além disso, as questões ambientais são tema de eventos como semana acadêmica, ciclo de palestras, projetos integrados, entre outros.

Educação Étnico-Racial

A Instituição incluirá nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares do curso de

Matemática, a Educação das Relações Étnico-raciais bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos termos explicitados na Resolução CNE/CP nº 01/2004 em seu artigo 3º: A Educação das Relações Étnico-raciais e o estudo de História e Cultura Afro-brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 3/2004. Para tanto, construirá estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos e deveres, bem como se posicionará formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação.

PERFIL DO EGRESSO

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os Referenciais Curriculares Nacionais, o professor licenciado pelo *Campus* Avançado Sombrio do Instituto Federal Catarinense deverá estar apto a planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos à Educação Matemática, tendo como sua atribuição central a docência na Educação Básica, fundamentada em sólido conhecimento sobre os fundamentos da Matemática, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento matemático em saber escolar tendo como referências as pesquisas e tendências da Educação Matemática.

Além disso, o licenciado deverá ser capaz de trabalhar diretamente na sala de aula, elaborar e analisar materiais didáticos como: livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem. Realizando ainda pesquisas em Educação Matemática, coordenando e supervisionando equipes de trabalho, tendo uma atuação voltada para desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

CAMPO DE ATUAÇÃO

Em conformidade com os Referenciais Curriculares Nacionais o professor licenciado pelo Instituto Federal Catarinense – *Campus* Avançado Sombrio terá como possíveis campos de atuação profissional trabalhar como professor em instituições de ensino que oferecem

curso de nível fundamental e médio; editoras ou órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância.

Ao mesmo tempo, o licenciado poderá atuar em espaços de educação não-formal, como feiras de divulgação científica e museus; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

FORMA DE ACESSO AO CURSO

Para frequentar o curso de Licenciatura em Matemática o aluno deverá ter concluído o Ensino Médio ou equivalente e lograr aprovação em todas as partes do Processo Seletivo previsto em Edital próprio. O ingresso se fará por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (MEC).

Se, após todas as chamadas do SISU, ainda restarem vagas, poderá acontecer novo Processo Seletivo, regido por Edital específico. O aluno poderá ingressar no curso de Licenciatura em Matemática mediante Transferência Interna ou Externa, sendo que nesta modalidade de ingresso o aluno deverá respeitar Edital a ser elaborado pelo Direção de Desenvolvimento Educacional.

MATRIZ CURRICULAR

Visando a completude de todas as matrizes ora em execução, o NDE considera relevante a manutenção no referido projeto pedagógico, e com o intuito também de atender os discentes de matrículas ativas que ingressaram em anos anteriores.

11.1 MATRIZ CURRICULAR DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS PARA OS INGRESSANTES A PARTIR DE 2020

CHT: Carga Horária Teórica | PCC: Prática como Componente Curricular | AACCC: Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

1º Período

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CHT	PCC	EaD	Estágio	Total
LMD1701	Matemática Fundamental I	-	60	-	-	-	60
LMD1702	Sociologia da Educação	-	60	-	-	-	60
LMD1703	História da Educação	-	60	-	-	-	60

LMD1704	Geometria Plana	-	60	-	-	-	60
LMD1705	Litura e produção textual	-	30	-	-	-	30
LMD1706	Pesquisa e processos educativos I	-	30	60	-	-	90

2º Período

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CHT	PCC	EaD	Estágio	Total
LMD1708	Concepções em educação matemática	-	-	-	30	-	30
LMD1712	Trigonometria	-	60	-	-	-	60
LMD1719	Matemática Fundamental II	LMD1701	60	-	-	-	60
LMD1711	Geometria Espacial	LMD1704	60	-	-	-	60
LMD1709	Teorias Educacionais Curriculares	-	-	-	60	-	60
LMD1713	Pesquisa e processos educativos II	-	30	60	-	-	90

3º Período

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CHT	PCC	EaD	Estágio	Total
LMD1710	Filosofia da Educação	-	60	-	-	-	60
LMD1715	Cálculo I	LMD1719	60	-	-	-	60
LMD1717	Geometria Analítica	-	60	-	-	-	60
LMD1718	Informática Básica	-	30	-	-	-	30
LMD1716	Didática I	-	-	-	60	-	60
LMD1720	Pesquisa e processos educativos III	-	30	60	-	-	90

4º Período

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CHT	PCC	EaD	Estágio	Total
LMD1729	Tecnologias Digitais no Ensino da Matemática	-	60	30	-	-	90
LMD1722	Álgebra Linear I	-	-	-	60	-	60
LMD1724	Didática II	-	30	30	-	-	60
LMD1723	Cálculo II	LMD1715	60	-	-	-	60
LMD1726	Psicologia da Educação	-	-	-	60	-	60
LMD1727	Pesquisa e processos educativos IV	-	30	60	-	-	90
TOTAL			300	60	30	0	390

5º Período

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CHT	PCC	EaD	Estágio	Total
LMD1732	Cálculo III	LMD1723	-	-	60	-	60
LMD1731	Álgebra Linear II	LMD1722	60	-	-	-	60
LMD1733	Física I	LMD1723	-	-	60	-	60
LMD1736	Educação Inclusiva	-	60	-	-	-	60
LMD1737	Estágio Supervisionado I	LMD1715 LMD1720	30	60	-	-	90

		LMD1724					
LMD1734	Prática de Ensino da Matemática na Educação básica	-	30	30	-	-	60

6º Período

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CHT	PCC	EaD	Estágio	Total
LMD1742	Física II	LMD1733	-	-	60	-	60
LMD1739	Cálculo IV	LMD1732	60	-	-	-	60
LMD1744	Libras	-	60	-	-	-	60
LMD1745	Matemática Fundamental III	-	-	-	30	-	30
LMD1740	Estágio Supervisionado II	LMD1737	30	90	-	-	120
LMD1743	Laboratório de Prática de Ensino e Aprendizagem I	-	60	-	-	-	60
TOTAL			285	45	30	90	450

7º Período

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CHT	PCC	EaD	Estágio	Total
LMD1751	Gestão Educacional	-	60	30	-	-	90
LMD1749	Equações Diferenciais Ordinárias	LMD1723	60	-	-	-	60
LMD1753	Matemática Financeira	-	-	-	60	-	60
LMD1748	Estatística e Probabilidade	LMD1745	60	-	-	-	60
LMD1752	Lógica Básica	-	30	-	-	-	30
LMD1746	Estágio Supervisionado III	-	30	60	-	-	90

8º Período

Código	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CHT	PCC	EaD	Estágio	Total
LMD1755	Cálculo numérico	LMD1731	-	-	60	-	60
LMD1754	Fundamentos de análise real	LMD1739 LMD1752	60	-	-	-	60
LMD1758	Laboratório de prática de ensino e aprendizagem II	LMD1743	60	-	-	-	60
LMD1759	Políticas Públicas da Educação	LMD1724	60	30	-	-	90
LMD1756	Estágio Supervisionado IV	LMD1746	30	75	-	-	105
LMD1761	Produção de Artigo Científico	LMD1740	-	30	30	-	60

Fonte: NDE do Curso de Licenciatura em Matemática, 2020.

Estágio: 405h

CHT	AACC	PCC	EaD	TOTAL
1770	200	705	630	3305

EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

Disciplina	Matemática Fundamental I	Carga Horária	60 h
Ementa	Conjuntos numéricos, operações com conjuntos, Potenciação e Radiciação e suas propriedades, Polinômios e fatoração. Expressões Fracionárias. Relações. Funções elementares: Função do 1º grau, Função Bijetora, Paridade de uma Função, Função Inversa, Função Composta, Função Quadrática, Inseridos no cotidiano escolar da Educação Básica.		
Bibliografia Básica	<p>CALDEIRA, A. M. <i>et. al.</i> Pré-cálculo. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limites, derivação e integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI Jr., R. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos da matemática elementar: Conjuntos e Funções. Atual Editora: São Paulo, 2010. 1 v.</p> <p>IEZZI, G. Funções. São Paulo: Atual, 1999. 1 v.</p> <p>LIMA, E. L. Temas e problemas elementares. Rio de Janeiro: SBM, 2016.</p> <p>MEDEIROS, V. Z. <i>et al.</i> Pré-cálculo. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>STEWART. J. Cálculo. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 1 v.</p>		

Disciplina	Sociologia da Educação	Carga Horária	60 h
Ementa	A construção do pensamento sociológico. O pensamento sociológico clássico e a educação. As visões sociológicas da escola: o lugar da escola na modernidade e na contemporaneidade. Educação, cultura, sociedade, ética, meio ambiente e trabalho. Educação e desigualdades sociais: de gênero, étnico raciais, econômica, cultural. Escola, processos educativos e processos sociais.		
Bibliografia Básica			

	<p>BOURDIEU, P. Escritos de educação. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>DURKHEIM, É. Educação e sociologia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Bomtempo, 2008.</p>
Bibliografia Complementar	<p>DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda.</p> <p>LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>MELO, A. Fundamentos socioculturais da educação. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, P. S. Introdução à sociologia. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>TOMAZI, N. D. (Coord.). Iniciação à sociologia. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2000.</p>

Disciplina	História da Educação	Carga Horária	60h
Ementa	A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico-social, político e econômico da educação brasileira. História da educação e as questões étnico-raciais, indígena e quilombola. A escola no contexto histórico brasileiro e catarinense.		
Bibliografia Básica	<p>CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.</p> <p>DALLABRIDA, N. A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. 294 p.</p> <p>LOPES, E. M. S. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.</p> <p>HILSDORF, M. L. S. História da educação brasileira: leituras. 2. reimp. São Paulo: Thomson-Learning, 2006.</p> <p>MANACORDA, M. A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>		

	<p>ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil: (1930-1973). 36. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.</p> <p>SOUSA, C. P. (Org.). História da educação: processos, práticas e saberes. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2003.</p>
--	--

Disciplina	Geometria Plana	Carga Horária	60h
Ementa	<p>História da Geometria. Pontos, retas, plano, ângulos e simetria. Axiomas de incidência, ordem e medição. Triângulos: conceitos, elementos, semelhanças, congruência, triângulos retângulos e triângulo qualquer; Quadriláteros notáveis; Polígonos e seus elementos; Teorema de Tales; Círculo e Circunferência. Lugares geométricos. Instrumentos pedagógicos para a contextualização na Educação Básica.</p>		
Bibliografia Básica	<p>BROITMAN, C.; ITZCOVICH, H. O estudo das figuras e dos corpos geométricos: atividades para o ensino fundamental I. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>DOLCE, O.; POMPEO, J. Fundamentos de matemática elementar: Geometria Plana. 8. ed. São Paulo, Atual, 2005. 9 v.</p> <p>GIOVANI, J. R., BONJORNO, J. R, GIOVANI Jr, J.R. Matemática fundamental: uma nova abordagem. São Paulo: FTD, 2002.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BEZERRA, M. J. Matemática para o ensino médio. 5.ed. São Paulo: Scipione, 2001.</p> <p>BIANCHINI, E. Matemática. São Paulo: Moderna, 1995.</p> <p>FAINGUELERNT, E. K. Educação matemática: representação e construção em geometria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>LACOURT, H. H. Noções e fundamentos de geometria descritiva: ponto, reta, planos, métodos descritivos, figuras em planos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.</p> <p>MARANHÃO, M, C, S. A . Matemática. São Paulo: Cortez, 1990.</p>		

Disciplina	Leitura e Produção Textual	Carga Horária	30h
Ementa	<p>Linguagem e língua. Texto e discurso. Gêneros textuais escritos e orais: resenha crítica; artigo científico; ensaio; resumo; fala</p>		

	pública. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.
Bibliografia Básica	<p>BAZERMAN, C.; HOFFNAGEL, J. C.; DIONISIO, A. P. (Org.). Gênero, agência e escrita. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>CUNHA, C. Gramática do português contemporâneo. 2. ed. Porto Alegre: L&PM Pocket Mangá; Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.</p> <p>FÁVERO, L. L. Coesão e coerência textuais. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2009.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.</p> <p>CEGALLA, D. P. Novíssima Gramática da língua portuguesa: com a nova ortografia da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.</p> <p>MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. Planejar gêneros acadêmicos. 3 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p> <p>MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.</p> <p>TUFANO, D. Michaelis português fácil: tira-dúvidas de redação. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2011.</p>

Disciplina	Pesquisa e Processos Educativos I	Carga Horária	90h
Ementa	<p>Fundamentos da pesquisa Científica. Normas Técnicas para a pesquisa – ABNT. Ciência e Conhecimento. Epistemologia da pesquisa Educacional. A pesquisa na perspectiva científica e educativa para o professor de Matemática.</p> <p>A Interdisciplinaridade nas PPE - Disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos: Nas Disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos I, II, III e IV, a interdisciplinaridade se dará na execução das 60h de Prática como Componente Curricular, onde os estudantes executarão atividades de pesquisa de campo dentro da Área da Matemática. Atendendo ao que orienta o parágrafo 1º do</p>		

	artigo 8 da Portaria normativa nº 009 de novembro de 2016, que contempla campos de saber específicos destinados a caracterização da área específica de formação.
Bibliografia Básica	<p>COSTA, M. C. V. (Org.). Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p> <p>LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.</p> <p>MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ANDRADE, M. M. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>FURASTÉ, P. A. Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT. 16. ed. Porto Alegre: Dáctilo-Plus, 2012.</p> <p>LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.</p> <p>TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução a pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 2006.</p>

2º SEMESTRE

Disciplina	Trigonometria	Carga Horária	60h
Ementa	<p>Relações trigonométricas. Funções trigonométricas diretas e inversas. Arcos. Equações e inequações trigonométricas. Trigonometria num triângulo qualquer. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.</p>		

Bibliografia Básica	<p>GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI Jr., R. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002.</p> <p>IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: Trigonometria. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. v. 3.</p> <p>MEDEIROS, V. Z. Pré-cálculo. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CALDEIRA, A. M. et. al. Pré-Cálculo. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>DANTE, L. R. Matemática ensino médio: contexto e aplicações - volume único. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>IEZZI, G. et al. Matemática – volume único. São Paulo: Atual, 2011.</p> <p>SCHMIDT, P. A.; AYRES, F. Jr. Matemática para ensino superior. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>SILVA, C. X.; BARRETO FILHO, B. Matemática aula por aula. 2. ed. São Paulo: FTD, 2005.</p>

Disciplina	Concepção em Educação Matemática	Carga Horária	30h
Ementa	<p>A Matemática e a Educação Matemática enquanto áreas de conhecimento. A Educação Matemática no Brasil. Pesquisas brasileiras em Educação Matemática inseridas no cotidiano escolar da Educação Básica.</p>		
Metodologia	<p>A Unidade Curricular será implementada por meio de estudos no ambiente virtual moodle com conteúdo teórico e prático, com problematizações reais, trabalhados por meio das ferramentas como livros, fóruns, vídeo-aulas, dentre outras. Pretende problematizar o referencial teórico a partir de discussões de textos, de roteiros dirigidos, produção de material escrito, pesquisas, análise de diferentes fontes e linguagens: documentos escritos, filmes, documentários, músicas, material didático, aprendizagem baseada em desafios. Estratégias pedagógicas que visem fomentar o aprendizado ativo e colaborativo. Atuar na socialização, cooperação e autonomia do estudante.</p>		
Bibliografia Básica	<p>BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. C. (Org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>FIorentini, D.; LOrenzato, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2006.</p>		

	MACHADO, N. J. Epistemologia e didática . 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
Bibliografia Complementar	<p>D'AMBROSIO, Ubiratan. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986.</p> <p>MACHADO, S. D. A. (Org.). Educação matemática: uma (nova) introdução. 3. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2010.</p> <p>PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>PONTE, J. P.; BROCARD, J.; OLIVEIRA, H. Investigações matemáticas na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>SKOVSMOSE, O. Educação matemática crítica: a questão da democracia. 5. ed. Campinas: Papirus, 2010.</p>

Disciplina	Matemática Fundamental II	Carga Horária	60h
Ementa	Função exponencial, Função logarítmica, Números Complexos, Sequências, Progressões Aritméticas e Geométricas, Polinômios.		
Bibliografia Básica	<p>IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: complexos, polinômios e equações. 7. ed. São Paulo: Atual, 2005. 6 v.</p> <p>IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: sequências, matrizes, determinantes e sistemas. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. 4 v.</p> <p>IEZZI, G.; MURAKAMI, C.; DOLCE, O. Fundamentos de matemática elementar: logaritmos. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013. 2 v.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CALDEIRA, A. M. <i>et. al.</i> Pré-cálculo. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A. São Paulo: Editora Prentice Hall Brasil, 2006.</p> <p>GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI Jr., R. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002.</p> <p>LIMA, E. L. Logaritmos. 5. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2013.</p>		

	MEDEIROS, V. Z. et al. Pré-cálculo . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
--	---

Disciplina	Teorias Educacionais e Curriculares	Carga Horária	60h
Ementa	Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais. Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares.		
Bibliografia Básica	<p>BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>SACRISTÁN, J. G. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>MOREIRA, A. F. B. et al. O currículo nos limiares do contemporâneo. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.</p> <p>MOREIRA, A. F. B. (Org.). Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: Papirus, 2011.</p> <p>SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo, método no processo pedagógico. 6. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.</p>		

Disciplina	Geometria Espacial	Carga Horária	60h
Ementa	Representação plana de objetos tridimensionais. Posição relativa de planos e retas. Poliedros convexos. Prisma. Pirâmide. Cone.		

	Tronco de pirâmide e cone. Cilindro. Esfera. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfícies e sólidos de revolução. Instrumentos pedagógicos e softwares para a Educação Básica.
Bibliografia Básica	<p>DOLCE, O. ; POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar: geometria plana. 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. 9 v.</p> <p>DOLCE, O. POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar: geometria espacial. 6. ed. São Paulo: Atual, 2005. 10 v.</p> <p>GIOVANI, J. R.; BONJORNO, J. R. , GIOVANI Jr, J. R. Matemática fundamental: uma nova abordagem. São Paulo: FTD, 2002.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BOYER, C. B.; MERZBACH, U. C. História da matemática. São Paulo: Edgard Blücher, 2012.</p> <p>BROITMAN, C.; ITZCOVICH, H. O estudo das figuras e dos corpos geométricos: atividades para o ensino fundamental I. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>DE MAIO, W.; CHIUMMO, A. Geometrias: geometria analítica e vetorial: euclidianas e não-euclidianas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.</p> <p>FAINGUELERNT, E. K. Educação matemática: representação e construção em geometria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>LACOURT, H. H. Noções e fundamentos de geometria descritiva: ponto, reta, planos, métodos descritivos, figuras em planos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.</p>

Disciplina	Pesquisa e Processos Educativos II	Carga Horária	90h
Ementa	<p>Epistemologia do professor de Matemática e formação profissional na perspectiva das diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, da inclusão, dos direitos humanos e da educação ambiental.</p> <p>A Interdisciplinaridade nas PPE - Disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos: Nas Disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos I, II, III e IV, a interdisciplinaridade se dará na execução das 60h de Prática como Componente Curricular, onde os estudantes executarão atividades de pesquisa de campo dentro da área da Matemática. Atendendo ao que orienta o parágrafo 1º do</p>		

	artigo 8 da Portaria normativa nº 009 de novembro de 2016, que contempla campos de saber específicos destinados a caracterização da área específica de formação.
Bibliografia Básica	<p>DEMO, P. Educar pela pesquisa. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.</p> <p>FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 1986.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2011.</p> <p>BICUDO, M A. V.; BORBA, M. C. (Org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>COSTA, M. C. V. (Org.). Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007</p> <p>GRESSLER, L. A. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>

3º SEMESTRE

Disciplina	Filosofia da Educação	Carga Horária	60h
Ementa	Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Conceitos de moral, ética e razão.		
Bibliografia Básica	BECKER, F. Educação e construção do conhecimento . 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.		

	<p>MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SEVERINO, A. J. Filosofia da educação. São Paulo: FTD, 2009.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CHAUÍ, M. Iniciação à filosofia: ensino médio, volume único. São Paulo: Ática, 2012.</p> <p>D'AMBROSIO, U. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.</p> <p>PINHEIRO, C. M. Kant e a educação: reflexões filosóficas. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.</p> <p>VASCONCELOS, J. A. Fundamentos filosóficos da educação. Curitiba: Intersaberes, 2012.</p>

Disciplina	Cálculo I	Carga Horária	60h
Ementa	<p>Limite e Continuidade de Funções. Derivada. Diferencial. Aplicações das derivadas: Taxa de variação. Máximos e Mínimos. Determinação de extremos locais. Concavidade e pontos de inflexão. Análise de gráficos. Regras de L'Hôpital.</p>		
Bibliografia Básica	<p>ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. Porto Alegre: Bookman, 2000. 1 v.</p> <p>FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limites, derivação e integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>STEWART. J. Cálculo. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 1 v.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ÁVILA, G. Cálculo das funções de uma variável. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 1. v.</p> <p>EDWARDS, C.H.; PENNEY, D. E. Cálculo com geometria analítica. 4 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1997. 1 v.</p>		

	<p>GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 1 v.</p> <p>LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. 1 v.</p> <p>MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. Cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 1982.</p>
--	--

Disciplina	Geometria Analítica	Carga Horária	60h
Ementa	Vetores R^2 e R^3 : operações vetoriais, produto escalar, vetorial e misto. Reta, Planos e Cônicas. Posições relativas de retas e planos. Quádricas.		
Bibliografia Básica	<p>CAMARGO, I.; BOULOS, P. Geometria analítica: um tratamento vetorial. 3. ed. rev e ampli. São Paulo: Pearson, 2005.</p> <p>STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Geometria analítica. 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 1987.</p> <p>WINTERLE, P. Vetores e geometria analítica. São Paulo: Makron Bocks, 2000.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ANTON, H.; RORRES, C. Álgebra linear com aplicações. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p> <p>IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: geometria analítica. 5. ed. São Paulo: Atual, 2005. 7 v.</p> <p>LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. 2 v.</p> <p>MAIO, W. Geometrias: geometrias analíticas e vetorial: euclidianas e não-euclidianas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.</p> <p>SANTOS, N. M. Vetores e matrizes: uma introdução à álgebra linear. 4. ed. rev. e ampli. São Paulo: Thomson, 2007.</p>		

Disciplina	Informática Básica	Carga Horária	30h
Ementa	Estrutura de computadores. Introdução aos sistemas operacionais. Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas e Banco de dados. Utilização de procedimentos e/ou programas na construção de		

	objetos de aprendizagem de Matemática no ensino Fundamental e Médio.
Bibliografia Básica	<p>CAPRON, H.L. Introdução à Informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Education, INC. 2012.</p> <p>GILAT, A. Matlab com aplicação em engenharia. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2006.</p> <p>VELLOSO, F. Informática: conceitos básicos. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2011.</p>
Bibliografia Complementar	<p>GUIMARÃES, A. M.; LAGES, N. A. C. Introdução à ciência da computação. Rio de Janeiro: LTC, 2005.</p> <p>HANSELMAN, D.; LITTLEFIELD, B. Matlab 6: Curso Completo. São Paulo: Makron Books, 2003.</p> <p>SANTOS, A. A. Informática Descomplicada. 6. ed. Brasília: Vestcon. 2012. 1 v.</p> <p>SANTOS, A. A. Informática Descomplicada. 6. ed. Brasília: Vestcon. 2012. 2 v.</p> <p>WHITE, R. Como funciona o computador III. 8 ed. São Paulo: Editora Quark, 2000.</p>

Disciplina	Didática I	Carga Horária	60h
Ementa	Abordagens da trajetória da Didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processo ensino-aprendizagem: relações conteúdo-forma, teoria-prática, escola-sociedade, professor-aluno. Técnicas/métodos de ensino. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.		
Bibliografia Básica	<p>MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>HAYDT, R. C. C. Curso de didática geral. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p>		

Bibliografia Complementar	<p>GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2011.</p> <p>GIL, A. C. Didática do ensino superior. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1990.</p> <p>PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. -. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>VEIGA, I. P. A. (Org.). Didática: o ensino e suas relações. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.</p>
----------------------------------	--

Disciplina	Pesquisa e Processos Educativos III	Carga Horária	90h
Ementa	<p>Metodologias no ensino de matemática: materiais Manipulativos. Tendências em Educação Matemática: Modelagem Matemática, Tecnologias Digitais, História da Matemática.</p> <p>A Interdisciplinaridade nas PPE - Disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos: Nas Disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos I, II, III e IV, a interdisciplinaridade se dará na execução das 60h de Prática como Componente Curricular, onde os estudantes executarão atividades de pesquisa de campo dentro da área da Matemática. Atendendo ao que orienta o parágrafo 1º do artigo 8 da Portaria normativa nº 009 de novembro de 2016, que contempla campos de saber específicos destinados a caracterização da área específica de formação.</p>		
Bibliografia Básica	<p>BICUDO, M A. V.; BORBA, M. C. (Org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>DEMO, P. Educar pela pesquisa. 9. ed. Campinas: Editora autores associados, 1996.</p> <p>MACHADO, S. D. A. (Org.). Educação matemática: uma (nova) introdução . 3. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2010.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BASSANEZI, R. C.; D'AMBROSIO, U. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014.</p>		

	<p>BICUDO, M. A. V. (Org.). Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista - <i>Campus Marília</i>, 1999.</p> <p>BOYER, C. B.; MERZBACH, U. C. História da matemática. São Paulo: Edgard Blücher, 2012.</p> <p>GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JUNIOR, R. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002</p> <p>IEZZI, G. et al. Matemática, volume único. São Paulo: Atual, 2011.</p> <p>LORENZATO, S. (Org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.</p>
--	--

4º SEMESTRE

Disciplina	Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática	Carga Horária	90h
Ementa	Estudo do movimento histórico da disseminação e inserção das Tecnologias na Educação e na Educação Matemática. Fases das Tecnologias Digitais em Educação Matemática. Cultura Digital. Internet e Educação. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Objetos Virtuais de Aprendizagem. <i>Softwares</i> no Ensino de Matemática.		
Bibliografia Básica	<p>BORBA, M. C.; CHIARI, A. (Orgs.). Tecnologias Digitais e Educação Matemática. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.</p> <p>BÚRIGO, E. et. al. Matemática, Mídias Digitais e Didática: tripé para formação do professor de Matemática. Porto Alegre: Evangraf, 2012.</p> <p>PAPERT, S. A máquina das crianças. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BORBA, M. C.; PENTEADO, M. Informática e educação matemática. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>BÚRIGO, E. et. al. A Matemática na escola: novos conteúdos, novas abordagens. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.</p> <p>COAN, L. G. W.; MORETTI, M. T. (Org.). Aplicações matemáticas com tecnologias de informação e comunicação: cooperação entre UFSC, IFSC e UMINHO. Florianópolis: Insular, 2016.</p>		

	<p>WILLIAMS, T. I. História das invenções: do machado de pedra às tecnologias da informação. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009.</p> <p>ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 13., 2006, Recife, PE.; SILVA, Aida Maria Monteiro (Org. et. al.). Políticas educacionais, tecnologias e formação do educador: repercussões sobre a didática e as práticas de ensino. Recife, PE: Bagaço, 2006.</p>
--	---

Disciplina	Álgebra Linear I	Carga Horária	60h
Ementa	Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Vetores. Espaços Vetoriais. Base e dimensão de um espaço vetorial.		
Metodologia	Será implementada por meio de estudos no ambiente virtual moodle com conteúdo teórico e prático, com problematizações reais, trabalhados por meio das ferramentas como livros, fóruns, vídeo-aulas, dentre outras. Pretende problematizar o referencial teórico a partir de discussões de textos, de roteiros dirigidos, produção de material escrito, pesquisas, análise de diferentes fontes e linguagens: documentos escritos, filmes, documentários, músicas, material didático, aprendizagem baseada em desafios. Estratégias pedagógicas que visem fomentar o aprendizado ativo e colaborativo. Atuar na socialização, cooperação e autonomia do estudante.		
Bibliografia Básica	<p>ANTON, H.; RORRES, C. Álgebra linear com aplicações. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p> <p>BOLDRINI, J. L. et al. Álgebra linear. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1980.</p> <p>STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Álgebra linear. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>FONSECA, M. A. R. Álgebra linear aplicada a finanças, economia e econometria. Barueri: Manole, 2003.</p> <p>KOLMAN, B.; HILL, D. R. Introdução à álgebra linear com aplicações. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.</p> <p>KOLMAN, B.; HILL, D. R. Álgebra linear com aplicações. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p> <p>LANG, S. Álgebra linear. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003.</p> <p>STRANG, G. Álgebra linear e suas aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p>		

--	--

Disciplina	Didática II	Carga Horária	60h
Ementa	O processo avaliativo e suas implicações no processo de ensino e de aprendizagem. Avaliação nas diferentes concepções de educação. Diferentes formas e instrumentos de avaliar. Avaliação enquanto componente do trabalho docente (planejamento, execução, avaliação e replanejamento). Avaliação: dimensões: institucional, educacional, de ensino-aprendizagem e sua relação com a qualidade na educação, avaliação em Matemática à luz das tendências em Educação Matemática. Elementos de Didática da Matemática: transposição didática, contrato didático, obstáculo epistemológico e didático, situações didáticas e adidáticas, engenharia didática.		
Bibliografia Básica	<p>GIL, A. C. Didática do ensino superior. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>RAPHAEL, S.; KESTER C. (Org.). Avaliação sob exame. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CURY, H. N. Análise de erros: o que podemos aprender com as respostas dos alunos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.</p> <p>HOFFMANN, J. Avaliação mediadora. Porto Alegre: Mediação, 1995.</p> <p>HOFFMANN, J. O jogo do contrário em avaliação. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>SAUL, A. M. Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p>		

Disciplina	Cálculo II	Carga Horária	60h
Ementa	Integral indefinida. Técnicas de Integração. Integral definida.		

	Teorema Fundamental do Cálculo. Aplicações da Integral: área entre curvas, comprimento de arco e volume de sólido de revolução. Integrais impróprias.
Bibliografia Básica	<p>ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. Porto Alegre: Bookman, 2000. 1 v.</p> <p>FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limites, derivação e integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>STEWART. J. Cálculo. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 1 v.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ÁVILA, G. Cálculo das funções de uma variável. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 1 v.</p> <p>EDWARDS, C.H.; PENNEY, David E. Cálculo com geometria analítica. 4 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1997. 1 v.</p> <p>GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 1 v.</p> <p>LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. 1 v.</p> <p>MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. Cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 1982.</p>

Disciplina	Psicologia da Educação	Carga Horária	60h
Ementa	Escolas teóricas da psicologia e a relação com a Educação. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento humano. Processos psicológicos de aprendizagem e inter-relação com as dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e cognitivas. Temáticas contemporâneas na interface Psicologia e Educação.		
Bibliografia Básica	<p>BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>FONTANA, R. A. C.; CRUZ, M. N. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.</p> <p>VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.</p>		

Bibliografia Complementar	<p>ANTUNES, C. A dimensão de uma mudança: atenção, criatividade, disciplina, distúrbios de aprendizagem, propostas e projetos. Campinas: Papyrus, 1999.</p> <p>DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. M. R.. Psicologia na educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>KAMII, C. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a 6 anos. 39. ed. Campinas: Papyrus, 2012.</p> <p>KUPFER, M. C. M. Freud e a educação: o mestre do impossível. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010.</p> <p>REGO, T. C. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>
----------------------------------	---

Disciplina	Pesquisa e Processos Educativos IV	Carga Horária	90h
Ementa	<p>Metodologias no ensino de matemática: Investigação e Jogos. Tendências em Educação Matemática: Etnomatemática e Resolução de problemas.</p> <p>A Interdisciplinaridade nas PPE - Disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos: Nas Disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos I, II, III e IV, a interdisciplinaridade se dará na execução das 60h de Prática como Componente Curricular, onde os estudantes executarão atividades de pesquisa de campo dentro da área da Matemática. Atendendo ao que orienta o parágrafo 1º do artigo 8 da Portaria normativa nº 009 de novembro de 2016, que contempla campos de saber específicos destinados a caracterização da área específica de formação.</p>		
Bibliografia Básica	<p>BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. C. (Org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>DEMO, P. Educar pela pesquisa. 9. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2011.</p> <p>D'AMBROSIO, U. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986.</p>		

Bibliografia Complementar	<p>BICUDO, M. A. V. (Org.). Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista - <i>Campus</i> Marília, 1999.</p> <p>D'AMBROSIO, U. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986.</p> <p>GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JUNIOR, R. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002</p> <p>IEZZI, G. et al. Matemática, volume único. São Paulo: Atual, 2011.</p> <p>SKOVSMOSE, O. Educação matemática crítica: a questão da democracia. 5. ed. Campinas: Papirus, 2010.</p>
----------------------------------	---

5º SEMESTRE

Disciplina	Cálculo III	Carga Horária	60h
Ementa	<p>Funções de várias variáveis. Limites; Continuidade. Derivadas parciais. Gradiente. Máximos e mínimos. Multiplicadores de Lagrange. Séries numéricas. Convergência de Séries e Critérios de Convergência. Expansão de uma Função em séries de Potências.</p>		
Metodologia	<p>Será implementada por meio de estudos no ambiente virtual moodle com conteúdo teórico e prático, com problematizações reais, trabalhados por meio das ferramentas como livros, fóruns, vídeo-aulas, dentre outras. Pretende problematizar o referencial teórico a partir de discussões de textos, de roteiros dirigidos, produção de material escrito, pesquisas, análise de diferentes fontes e linguagens: documentos escritos, filmes, documentários, músicas, material didático, aprendizagem baseada em desafios. Estratégias pedagógicas que visem fomentar o aprendizado ativo e colaborativo. Atuar na socialização, cooperação e autonomia do estudante.</p>		
Bibliografia Básica	<p>ANTON, H.; BIVENS, I.; STEPHEN, D. Cálculo. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. 2 v.</p> <p>GONÇALVES, M. B.; FLEMMING, D. M. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>STEWART, J. Cálculo. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 2 v.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ÁVILA, G. Cálculo das funções de múltiplas variáveis. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 3 v.</p>		

	<p>GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 4 v.</p> <p>GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. 2 v.</p> <p>LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. 2 v.</p> <p>MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. Cálculo. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 2 v.</p>
--	---

Disciplina	Álgebra Linear II	Carga Horária	60h
Ementa	<p>Transformações Lineares. Operadores lineares. Autovalores e Autovetores. Diagonalização de Operadores. Produto interno. Formas quadráticas.</p>		
Bibliografia Básica	<p>ANTON, H.; RORRES, C. Álgebra linear com aplicações. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p> <p>BOLDRINI, J. L. et al. Álgebra linear. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1980.</p> <p>STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Álgebra linear. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>FONSECA, M. A. R. Álgebra linear aplicada a finanças, economia e econometria. Barueri: Manole, 2003.</p> <p>KOLMAN, B.; HILL, D. R. Introdução à álgebra linear: com aplicações. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.</p> <p>KOLMAN, B.; HILL, D. R. (Aut.). Álgebra linear com aplicações. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p> <p>LANG, S. Álgebra linear. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003.</p> <p>STRANG, G. Álgebra linear e suas aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p>		

Disciplina	Física I	Carga Horária	60h
Ementa	<p>Grandezas Físicas, Mecânica vetorial, Cinemática e Dinâmica da Partícula, Conceitos de Mecânica Básica.</p>		

<p>Metodologia</p>	<p>A disciplina será implementada por meio de estudos e tarefas no ambiente virtual SIGAA e Moodle com conteúdo teórico e prático. O conteúdo teórico será apresentado por meio das ferramentas como apostilas, livros, simuladores virtuais e terão como intermediário de comunicação fóruns, <i>chat</i> e videoaulas em ambiente virtual.</p> <p>O conteúdo prático será desenvolvida através de experimentos didáticos que serão realizadas no laboratório de Ciências da Natureza e serão base para significar a aprendizagem dos conteúdos teóricos.</p> <p>Como apoio às atividades desenvolvidas, a teoria e a prática, serão associados a partir de discussões de textos, de lista de exercícios dirigidas, produção de material escrito, pesquisas e análise de diferentes fontes e linguagens como documentos escritos, trechos de filmes, documentários, materiais didáticos que visem fomentar o aprendizado ativo e colaborativo, além de atuar na socialização, cooperação e autonomia do estudante.</p> <p>As avaliações serão através de questionários, pesquisas dirigidas e tarefas rotinizadas disponibilizadas no SIGAA, além de avaliação escrita presencial.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>GASPAR, A. Física: mecânica. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009. 1 v.</p> <p>HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física: mecânica. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 1 v.</p> <p>LUZ, A. M. R.; ALVARENGA, B. Física: contexto e aplicações. São Paulo. Scipione, 2011. 1 v.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>BEN-DOV, Y. Convite à física. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.</p> <p>HEWITT, P. G. Física conceitual. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.</p> <p>JIM, H. Por que o mundo existe? Um mistério existencial. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.</p> <p>PARANÁ, D. N. S. Física: mecânica. São Paulo. Ática, 2000</p> <p>PIACENTINI, J. J. et al. Introdução ao laboratório de física. 3. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2008.</p>

Disciplina	Educação Inclusiva	Carga Horária	60h
<p>Ementa</p>	<p>Educação Inclusiva: contextualização histórica, fundamentos legais e concepções. A democratização do acesso à rede regular de ensino. Educação especial e a fundamentação histórica e legal.</p>		

	<p>Público alvo do atendimento educacional especializado. Fundamentação e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal e adaptações curriculares. Educação e direitos humanos. Diversidade, diferença e educação. Educação Intercultural Inclusiva e práticas educativas.</p>
Bibliografia Básica	<p>CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.</p> <p>SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>ZILLOTTO, G. S. Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2007.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CARVALHO, R. Educação inclusiva com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.</p> <p>FERNANDES, S. Educação de surdos. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2011.</p> <p>FIGUEIRA, E. O que é educação inclusiva. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.</p> <p>KLEINA, C. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva. Curitiba: InterSaberes, 2012</p> <p>MITTLER, P. Educação Inclusiva: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>SILVA, A. M. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p>

Disciplina	Estágio Supervisionado I	Carga Horária	90h
Ementa	<p>O Estágio Supervisionado na formação docente na perspectiva da legislação. Observação em escolas e turmas das séries finais do ensino fundamental. Estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Elaboração de pré-projeto de prática da docência.</p>		

<p>Bibliografia Básica</p>	<p>BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental : introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.</p> <p>MARTINS, J. S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>BROITMAN, C. As operações matemáticas no ensino fundamental I: contribuições para o trabalho em sala de aula. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>ENGUITA, M. F. Educar em tempos incertos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SILVA, T. T.; WOODWARD, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais . 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>SMOLE, K. S.; MUNIZ, C. A. (Org.). A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2013.</p>

<p>Disciplina</p>	<p>Prática de Ensino da Matemática na Educação Básica</p>	<p>Carga Horária</p>	<p>60h</p>
<p>Ementa</p>	<p>Reflexão sobre o ensino da Matemática na Educação Básica, abordando aspectos de conteúdos e alternativas metodológicas específicas; análise crítica de livros didáticos e paradidáticos para o Ensino Fundamental e Médio; orientação para a elaboração de plano de aula para microaula e macroaula; seminários de reflexão sobre o ensino da Matemática baseada na análise dos registros da observação/participação destas atividades.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>ENGUITA, M. F. Educar em tempos incertos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		

	<p>GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JUNIOR, R. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002</p> <p>IEZZI, G. et al. Matemática, volume único. São Paulo: Atual, 2011.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BRASIL Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN + ensino médio: parâmetros curriculares nacionais :bases legais. Brasília, DF: MEC, SEMTEC, 1999.</p> <p>DANTE, L. R. Matemática: contexto & aplicações, volume único - ensino médio. 1. ed. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SMOLE, K. S.; MUNIZ, C. A. (Org.). A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>TOLEDO, M. B. A.; TOLEDO, M. A. Didática da matemática: como dois e dois - a construção da matemática. São Paulo: FTD, 1997.</p>

6º SEMESTRE

Disciplina	Física II	Carga Horária	60h
Ementa	Eletricidade. Magnetismo. Ótica.		
Bibliografia Básica	<p>DORF, R. C.; SVOBODA, J. A. Introdução aos circuitos elétricos. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física: óptica, física moderna. LTC, 2009. 3 v.</p> <p>HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física: eletromagnetismo. LTC, 2009. 4 v.</p>		
Metodologia	<p>A disciplina será implementada por meio de estudos e tarefas no ambiente virtual SIGAA e Moodle com conteúdo teórico e prático. O conteúdo teórico será apresentado por meio das ferramentas como apostilas, livros, simuladores virtuais e terão como intermediário de comunicação fóruns, <i>chat</i> e videoaulas em ambiente virtual.</p> <p>O conteúdo prático será desenvolvida através de experimentos didáticos que serão realizadas no laboratório de Ciências da Natureza e serão base para significar a aprendizagem dos conteúdos teóricos.</p> <p>Como apoio às atividades desenvolvidas, a teoria e a prática, serão associados a partir de discussões de textos, de lista de exercícios</p>		

	<p>dirigidas, produção de material escrito, pesquisas e análise de diferentes fontes e linguagens como documentos escritos, trechos de filmes, documentários, materiais didáticos que visem fomentar o aprendizado ativo e colaborativo, além de atuar na socialização, cooperação e autonomia do estudante.</p> <p>As avaliações serão através de questionários, pesquisas dirigidas e tarefas rotinizadas disponibilizadas no SIGAA, além de avaliação escrita presencial.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BEN-DOV, Y. Convite à física. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.</p> <p>EINSTEIN, A.; INFELD, L. A evolução da física. Rio de Janeiro. Zahar, 2008.</p> <p>GONÇALVES FILHO, A.; TOSCANO, C. Física e realidade. São Paulo, SP: Scipione, 1997.</p> <p>HEWITT, P. G. Física conceitual. Porto Alegre: Bookman, 2002.</p> <p>PIACENTINI, J. J. et al. Introdução ao laboratório de física. 3 ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2008.</p>

Disciplina	Cálculo IV	Carga Horária	60h
Ementa	<p>Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Integrais Múltiplas. Integrais de Linha. Integrais de superfície. Divergente e rotacional. Teorema de Green. Teorema de Stokes.</p>		
Bibliografia Básica	<p>ANTON, H.; BIVENS, I.; STEPHEN, D. Cálculo. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 2 v.</p> <p>LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. 2 v.</p> <p>STEWART, J. Cálculo. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 2 v.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ÁVILA, G. Cálculo das funções de múltiplas variáveis: 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 3 v.</p> <p>GONÇALVES, M. B.; FLEMMING, D. M. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. 3 v.</p>		

	<p>LARSON, R.; FALVO, D. C. Cálculo aplicado: curso rápido. São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p> <p>MUNEM, M. A.; FOULIS, D. J. Cálculo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. 2 v.</p>
--	--

Disciplina	Libras	Carga Horária	60h
Ementa	<p>Surdez e linguagem. Concepções do oralismo, Comunicação total e bilinguismo da educação de surdos. Alfabeto manual, os números e vocabulário de libras. Professor bilíngue. Cultura e identidade dos Surdos. Aspectos históricos da educação dos surdos. Vocabulário de LIBRAS, Intérprete na sala de aula, Construção da escrita dos surdos. Aspectos linguísticos da libras.</p>		
Bibliografia Básica	<p>CAPOVILLA F. C. (Coord). Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: Edusp, 2009. 1 v.</p> <p>CAPOVILLA F. C. (Coord). Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: Edusp, 2009. 2 v.</p> <p>SKILIAR, C. (Org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos: processos e projetos pedagógicos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 1 v.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>AMPESSAN, J. P.; GUIMARÃES, J. S. P.; LUCHI, M. Intérpretes educacionais de Libras: orientações para a prática profissional. Florianópolis: FCEE, 2013.</p> <p>FERNANDES, S. Educação de surdos. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2011.</p> <p>GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista . 7. ed. São Paulo: Plexus, 2002.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOPP L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre:Artes Médicas. 2004.</p> <p>SKLIAR, C. (Org.). Atualidade da educação bilíngüe para surdos: processos e projetos pedagógicos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 2 v.</p>		

Disciplina	Matemática Fundamental III	Carga Horária	30h
Ementa	Análise combinatória, Binômio de Newton, Equações Polinomiais inseridos no cotidiano escolar da Educação Básica.		
Metodologia	Será implementada por meio de estudos no ambiente virtual moodle com conteúdo teórico e prático, com problematizações reais, trabalhados por meio das ferramentas como livros, fóruns, vídeo-aulas, dentre outras. Pretende problematizar o referencial teórico a partir de discussões de textos, de roteiros dirigidos, produção de material escrito, pesquisas, análise de diferentes fontes e linguagens: documentos escritos, filmes, documentários, músicas, material didático, aprendizagem baseada em desafios. Estratégias pedagógicas que visem fomentar o aprendizado ativo e colaborativo. Atuar na socialização, cooperação e autonomia do estudante.		
Bibliografia Básica	<p>CALDEIRA, A. M. <i>et. al.</i> Pré-cálculo. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limites, derivação e integração. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>IEZZI, G. Fundamentos da Matemática Elementar. São Paulo: Atual, 1977. v. 6.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BEZERRA, M. J. Matemática para o ensino médio. 5.ed. São Paulo: Scipione, 2001.</p> <p>HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: Combinatória e probabilidade. 5, ed. São Paulo: Atual, 1993.</p> <p>IEZZI, G. et al. Matemática – volume único. São Paulo: Atual, 2011.</p> <p>MEDEIROS, V. Z. Pré-cálculo. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>MORGADO, A. C. O.; CARVALHO, J. B. P.; CARVALHO, P. C. P.; FERNANDEZ, P. Análise combinatória e probabilidade. Rio de Janeiro: SBM, 1991.</p>		

Disciplina	Estágio Supervisionado II	Carga Horária	120h
------------	---------------------------	---------------	------

Ementa	A importância da prática reflexiva na atuação docente. Projeto de docência. Estágio Supervisionado de docência: atividades de docência nas séries finais do ensino fundamental. Relatório final. Seminário de socialização.		
Bibliografia Básica	BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI Jr., J. R. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.		
Bibliografia Complementar	PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. ROSA NETO, E. Didática da matemática. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2008. SILVESTRE, M. A.; VALENTE, W. R. Professores em residência pedagógica: estágio para ensinar matemática. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. TOLEDO, M. B. A.; TOLEDO, M. A. Didática da matemática: como dois e dois - a construção da matemática. São Paulo: FTD, 1997. VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Org.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 17. ed. Campinas: Papirus, 2011.		

Disciplina	Laboratório de Práticas de Ensino – Aprendizagem I	Carga Horária	60h
Ementa	Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e testagem. Produção de ensaios teóricos sobre o ensino da matemática. Metodologias alternativas para o ensino de matemática nas séries finais do ensino fundamental.		
Bibliografia Básica	GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2011. GUELLI, O. Contando a história da matemática: números com sinais – uma grande invenção. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010. 7 v.		

	MACHADO, N. J. Semelhança não é mera coincidência . 7. ed. São Paulo: Scipione, 2000.
Bibliografia Complementar	<p>BARBOSA, R. M. Conexões e educação matemática: brincadeiras, explorações e ações. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.</p> <p>BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. C. (Org.). Educação matemática: pesquisa em movimento. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>D'AMBROSIO, U. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986.</p> <p>MOYSÉS, L. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011.</p> <p>SMOLE, K. S.; MUNIZ, C. A. (Org.). A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2013.</p>

7º SEMESTRE

Disciplina	Gestão Educacional	Carga Horária	90h
Ementa	Fundamentos e princípios. O ideário do Estado e suas implicações no sistema educacional e na gestão educacional. Gestão democrática. Planejamento e gestão do tempo e do espaço nas instituições educativas. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.		
Bibliografia Básica	<p>GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2011.</p> <p>PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Org.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2011.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>BRASIL. Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC/SEF, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.</p> <p>BRASIL. Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília: MEC/SEF, 2004. Disponível em:</p>		

	<p><http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.</p> <p>FERREIRA, E. B. ;OLIVEIRA, D. A. Crise da escola e políticas educativas. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.</p> <p>FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p>
--	--

Disciplina	Equações Diferenciais Ordinárias	Carga Horária	60h
Ementa	Equações diferenciais de 1ª ordem. Equações Diferenciais Lineares de 2ª ordem. Sistemas de equações diferenciais lineares. Transformada de Laplace; Resolução de EDO's utilizando transformada de Laplace.		
Bibliografia Básica	<p>BOYCE, W. E.; DIPRIMA, R. C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.</p> <p>SIMMONS, G. F.; KRANTZ, S. G. Equações diferenciais: teoria, técnica e prática. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.</p> <p>ZILL, D. G.; CULLEN, M. R. Equações diferenciais. 3. ed. São Paulo: Makron Bocks, 2001. 1 v.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ÇENGEL, Y. A.; PALM, W. J. Equações diferenciais. Porto Alegre: AMGH: Bookman, 2014.</p> <p>DIACU, F. Introdução a equações diferenciais: teoria e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, E. C.; MAIORINO, J. E. Introdução aos métodos da matemática aplicada. 3. ed. rev. Campinas: UNICAMP, 2010.</p> <p>STEWART, James. Cálculo. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>ZILL, D. G. Equações diferenciais com aplicações em modelagem. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p>		

Disciplina	Matemática Financeira	Carga Horária	60h
------------	-----------------------	---------------	-----

<p>Ementa</p>	<p>Juros simples; juros compostos; taxas equivalentes em juros simples e compostos; taxas aparente e real; descontos simples e compostos: racional ou por dentro, comercial ou por fora; equivalência de capitais; rendas antecipadas e postecipadas; sistema de amortização de empréstimos (sistema francês (Price), americano e SAC); avaliação de investimentos (método do VPL – Valor Presente Líquido e TIR – Taxa Interna de Retorno).</p>
<p>Metodologia</p>	<p>A Disciplina será implementada por meio de estudos em ambientes virtuais de ensino com conteúdo teórico e prático, com problematizações reais, trabalhados por meio das ferramentas como livros, fóruns, vídeo-aulas, dentre outras. Visando, uma sequência de processos que constroem junto ao aluno uma rotina de atividades com o objetivo de realizar um aprendizado de alto nível. Será ofertado ao aluno um material de apoio exclusivo para o curso e associado aos vídeos. Estas estratégias pedagógicas visam fomentar o aprendizado ativo e colaborativo. Atuar na socialização, cooperação e autonomia do estudante.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>BUIAR, C. L. Matemática financeira. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.</p> <p>MERCHEDE, A. Matemática financeira: para usuários do excel e da calculadora HP12-C. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>TOSI, A. J. Matemática financeira com utilização do Excel 2000: aplicável às versões 5.0, 7.0, 97, 2002 e 2003. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>DANTE, L. R. Matemática: contexto & aplicações. 1. ed. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>IEZZI, G. et al. Matemática ensino médio: ciência e aplicações 1. 2. ed. São Paulo: Atual, 2004.</p> <p>GOLDSTEIN, L. J.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. I. Matemática aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>SPINELLI, W.; QUEIROZ, M. H. S. Matemática comercial e financeira. São Paulo: Ática, 1986.</p>

	TOSI, A. J. Matemática financeira com utilização do Excel 2000: aplicável às versões 5.0, 7.0, 97, 2002 e 2003 . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
--	--

Disciplina	Estatística e Probabilidade	Carga Horária	60h
Ementa	Tópicos de análise combinatória. Estatística descritiva. Distribuição amostral. Probabilidade. Distribuição de probabilidade. Estimação pontual e por intervalos. Testes de hipóteses. Amostragem. Correlação e regressão linear simples.		
Bibliografia Básica	<p>FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>MORETTIN, L. G. Estatística básica: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson, 2010.</p> <p>MORETTIN, P. A. ;BUSSAB, W. O. Estatística básica.7. ed. São Paulo: Saraiva,2012.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>CRESPO, A. A. Estatística fácil. 19. ed .São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>FREUND, J. E. Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>OLIVEIRA, M. A. Probabilidade e estatística : um curso introdutório. Brasília: IFB, 2011.</p> <p>NAVIDI, W. Probabilidade e estatística para ciências exatas. Porto Alegre: Bookman: AMGH, 2012.</p> <p>SPIEGEL, M. R.; SCHILLER, J. J.; SRINIVASAN, R. A. Probabilidade e estatística. Porto Alegre: Bookman, 2013.</p>		

Disciplina	Lógica Básica	Carga Horária	30h
Ementa	Proposições e conectivos. Operações lógicas sobre proposições. Tabelas-verdade. Tautologia, contradições e contingências. Implicação e equivalência lógica. Validade e demonstração. Sentenças abertas e operações lógicas. Quantificadores.		

<p>Bibliografia Básica</p>	<p>ALENCAR FILHO, E. Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel, 2002.</p> <p>KELLER, V.; BASTOS, C. L. Aprendendo lógica. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>DAGHLIAN, J. Lógica e álgebra de boole. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>ÁVILA, G. Análise matemática para licenciatura. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blücher, 2006.</p> <p>BISPO, C. A. F.; CASTANHEIRA, L. B.; FILHO, O. M. S. Introdução a lógica matemática. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>COPI, I. Introdução lógica. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.</p> <p>SOUZA, J. N. Lógica para ciência da computação: uma introdução concisa. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2008.</p> <p>SINGH, S. O último teorema de Fermat. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.</p>

<p>Disciplina</p>	<p>Estágio Supervisionado III</p>	<p>Carga Horária</p>	<p>90h</p>
<p>Ementa</p>	<p>O Estágio Supervisionado na formação docente, na perspectiva da legislação vigente. Observação em escolas e turmas do Ensino Médio. Estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Elaboração de pré-projeto de prática da docência.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>PICONEZ, S. C. B. (Org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papyrus, 2002.</p> <p>PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). O professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>		
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>BURIOLLA, M. A. F. Estágio supervisionado. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>DANTE, L. R. Matemática: contexto & aplicações. São Paulo: Ática, 2002.</p>		

	<p>GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI Jr., J. R. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002</p> <p>ROEGIERS, X. Aprendizagem integrada: situações do cotidiano escolar. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>SILVESTRE, M. A.; VALENTE, W. R. Professores em residência pedagógica: estágio para ensinar matemática. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.</p>
--	---

8º SEMESTRE

Disciplina	Cálculo Numérico	Carga Horária	60h
Ementa	Erros. Zero de funções reais. Solução de sistemas de equações lineares e não-lineares. Interpolação. Ajuste de curvas. Integração numérica. Solução numérica de equações diferenciais de 1ª ordem.		
Metodologia	Será implementada por meio de estudos no ambiente virtual moodle com conteúdo teórico e prático, com problematizações reais, trabalhados por meio das ferramentas como livros, fóruns, vídeo-aulas, dentre outras. Pretende problematizar o referencial teórico a partir de discussões de textos, de roteiros dirigidos, produção de material escrito, pesquisas, análise de diferentes fontes e linguagens: documentos escritos, filmes, documentários, músicas, material didático, aprendizagem baseada em desafios. Estratégias pedagógicas que visem fomentar o aprendizado ativo e colaborativo. Atuar na socialização, cooperação e autonomia do estudante.		
Bibliografia Básica	<p>ARENALES, S. H. V.; DAREZZO, A. Cálculo numérico: aprendizagem com apoio de software. São Paulo: Thomson, 2008.</p> <p>BARROSO, L. C. et al. Cálculo numérico (com aplicações). 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987.</p> <p>RUGGIERO, M. A. G.; LOPES, V. L. da R. Cálculo numérico: aspectos teóricos e computacionais. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997.</p>		

Bibliografia Complementar	ANTON, H.; RORRES, C. Álgebra linear com aplicações . 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
	BASSANEZI, R. C.; D'AMBROSIO, U. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia . 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
	BURIAN, R.; LIMA, A. C.; HETEM Jr., A. Cálculo numérico . Rio de Janeiro: LTC, 2007.
	CUNHA, M. C. C. Métodos numéricos . 2. ed. rev. ampl. Campinas: UNICAMP, 2000.
	SPERANDIO, D.; MENDES, J. T.; SILVA, L. H. M. Cálculo numérico: características matemáticas e computacionais dos métodos numéricos . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

Disciplina	Fundamentos de Análise Real	Carga Horária	
Ementa	Conjuntos enumeráveis e não enumeráveis. Construção dos números Reais. Sequências numéricas. Noções de Topologia na Reta. Limite de Funções.		
Bibliografia Básica	<p>ÁVILA, G. Análise matemática para licenciatura. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blücher, 2006.</p> <p>FIGUEIREDO, D. G. Análise I. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996.</p> <p>LIMA, E. L. Análise real: funções de uma variável. 12. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2013. 1 v.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ALENCAR FILHO, E. Iniciação a lógica matemática. São Paulo: Nobel, 2002.</p> <p>ANTON, H.; BIVENS, I.; STEPHEN, D. Cálculo. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 1 v.</p> <p>ÁVILA, G. Introdução à análise matemática. 2. ed. rev. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.</p> <p>GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 4 v.</p> <p>MAOR, E. e: a história de um número. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.</p>		

Disciplina	Laboratório de Prática de Ensino –	Carga Horária	60h
-------------------	---	----------------------	------------

	Aprendizagem II		
Ementa	Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e testagem. Produção de ensaios teóricos sobre o ensino da matemática. Metodologias alternativas para o ensino de matemática no ensino médio.		
Bibliografia Básica	<p>D'AMORE, B. Elementos de didática da matemática. São Paulo: Livraria da Física, 2007.</p> <p>FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009.</p> <p>LORENZATO, S. (Org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>MOYSÉS, L. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011.</p> <p>MACHADO, N. J. Epistemologia e didática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>MENDES, I. A.; FOSSA, J. A.; VALDÉS, J. E. N. A história como um agente de cognição na educação matemática. Porto Alegre: Sulina, 2006.</p> <p>PONTE, J. P.; BROCARDO, J.; OLIVEIRA, H. Investigações matemáticas na sala de aula. 3. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.</p> <p>SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. S. V. Matemática: ensino médio, 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>		

Disciplina	Políticas Públicas da Educação	Carga Horária	90h
Ementa	Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Organização da educação brasileira (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96)), PNE, Diretrizes da Educação Básica. Financiamento da educação.		
Bibliografia Básica	BONETI, L. W. Políticas públicas por dentro . 3. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2011.		

	<p>BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do estado. Secretaria de estado da educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/curso-de-extensao/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina/359-2014-proposta-curricular-de-santa-catarina-formacao-integral-na-educacao-basica/file>. Acesso em: 30 de jul. 2018.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>BRASIL. Avaliações da educação básica em debate: ensino e matrizes curriculares de referência das avaliações em larga escala. – Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/493864>. Acesso em: 20 ago. 2018.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.</p> <p>BRASIL. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <http://camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D15CEA6E3C6E9905CBAEF6FF6CEC18B1.proposicoesWebExterno2?codteor=831421&filename=PL+8035/2010>. Acesso em: 30 jul. 2013.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>

<p>Disciplina</p>	<p>Estágio Supervisionado IV</p>	<p>Carga Horária</p>	<p>90h</p>
<p>Ementa</p>	<p>Saberes docentes na formação do professor. A importância da prática reflexiva na atuação docente. Projeto de docência. Estágio</p>		

	Supervisionado de docência: atividades de docência no Ensino Médio. Relatório Final. Seminário de Socialização.
Bibliografia Básica	<p>ANDRÉ, M. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 2000.</p> <p>FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2006.</p> <p>MACHADO, N. J. Epistemologia e didática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p>
Bibliografia Complementar	<p>DANTE, L. R. Matemática: contexto & aplicações. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI Jr., J. R. Matemática completa. São Paulo: FTD, 2002.</p> <p>LORENZATO, S. (Org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2006.</p> <p>LÜDKE, M. (Coord.). O professor e a pesquisa. Campinas: Papyrus, 2001.</p> <p>PAIVA, M. Matemática: Paiva. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013. 2 v.</p>

Disciplina	Produção de Artigo Científico	Carga Horária	60h
Ementa	Elaboração de artigo científico e/ou tecnológico envolvendo temas abrangidos pelo curso.		
Metodologia	Será implementada por meio de estudos no ambiente virtual moodle com conteúdo teórico e prático, com problematizações reais, trabalhados por meio das ferramentas como livros, fóruns, vídeo-aulas, dentre outras. Pretende problematizar o referencial teórico a partir de discussões de textos, de roteiros dirigidos, produção de material escrito, pesquisas, análise de diferentes fontes e linguagens: documentos escritos, filmes, documentários, músicas, material didático, aprendizagem baseada em desafios. Estratégias pedagógicas que visem fomentar o aprendizado ativo e		

	colaborativo. Atuar na socialização, cooperação e autonomia do estudante.
Bibliografia Básica	<p>ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>ARAÚJO, J. C. (Org et al.). Pesquisa e extensão no fortalecimento das demandas econômicas, sociais e culturais locais no âmbito do IFC. Blumenau: IFC, 2014.</p> <p>FURASTÉ, P. A. Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT. 16. ed. Porto Alegre: Dáctilo-Plus, 2012.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>GRESSLER, L. A. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MATTAR, J. Metodologia científica na era da informática. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de avaliação está pautado na resolução nº 057/2012 do CONSUPER/IF Catarinense que regulamenta a avaliação dos cursos superiores. A avaliação deve ser contínua, cumulativa e fornecer subsídios para que a instituição possa retroalimentar o projeto pedagógico e o professor o processo de ensino e de aprendizagem, buscando compreender os processos de avanços e as defasagens de aprendizagem. A avaliação deve também buscar investigar os conhecimentos prévios dos alunos e levantar seus anseios e suas necessidades.

O papel do professor na avaliação deve ser o de agente crítico da realidade, percebendo a avaliação como um processo de construção do conhecimento. Neste sentido, os acertos, os erros, as dificuldades, as dúvidas, o contexto social e econômico que os alunos apresentam, são evidências significativas de como eles interagem com a apropriação do conhecimento.

Os objetivos da avaliação são:

analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada disciplina.

avaliar a trajetória da vida escolar do aluno, visando obter indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre a progressão dos alunos e o encaminhamento do processo ensino-aprendizagem.

determinar, através de instrumentos de medidas, os aspectos qualitativos e quantitativos do comportamento humano (motor, afetivo e cognitivo), coerente aos objetivos planejados para acompanhar o processo de aprendizagem.

A avaliação deve possibilitar a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos acadêmicos, seus avanços e dificuldades na aprendizagem, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor, como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira mais significativa.

Cabe ao professor fazer todos os registros e anotações referentes às avaliações, que servirão para orientá-lo em relação aos outros elementos necessários para o avanço do processo ensino-aprendizagem. Serão utilizados como instrumentos de avaliação ao longo do curso:

Apresentação oral e escrita de trabalhos propostos pelos professores;

Avaliação escrita (trabalhos e provas);

Seminários;

Projetos;

Participação em eventos;

Além de outras formas de avaliar consideradas pertinentes pelos professores e previstas no plano de ensino da disciplina.

Os critérios que deverão nortear os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores deverão primar pelo:

Domínio dos conteúdos trabalhados;

Assiduidade e pontualidade;

Habilidade na utilização/aplicação dos conteúdos desenvolvidos em aula;

Comprometimento com o curso;

Capacidade de transpor os conteúdos estudados;

Explicitação de habilidades e competências relacionadas a prática da docência na Educação Básica.

Promoção de enfoques e práticas interdisciplinares.

Destaca-se, por fim, conforme a Resolução nº 057/2012 do CONSUPER/IF Catarinense, os seguintes artigos:

Art. 66. É dever do professor apresentar ao aluno o resultado das avaliações parciais no máximo, até 15 (quinze) dias após a sua realização.

Art. 67. A disponibilização da média semestral deverá ser feita, no máximo, até o último dia do período letivo.

Art. 68 É vedado ao professor ou qualquer outra pessoa, abonar faltas, ressalvadas as determinações legais.

Art. 69. Caso o aluno não possa comparecer às aulas em dia de atividade avaliativas, mediante justificativa, poderá requerer nova avaliação.

§1º. O pedido de nova avaliação deverá ser protocolado na Secretária Acadêmica no prazo de 3 (três) dias úteis após a realização da atividade.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada no Instituto pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução nº 069 CONSUPER/2014. A avaliação integrará três modalidades, a saber:

Avaliação das Instituições de Educação Superior, dividida em 2 etapas: auto-avaliação (coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA) e avaliação externa (realizada pelas comissões designadas pelo MEC/INEP);

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE): para iniciantes e concluintes, em amostras, com definição anual das áreas participantes.

A avaliação do Curso acontecerá por meio de dois mecanismos constituídos pelas avaliações externa e interna.

AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa considerará o desempenho do Curso em relação ao mercado de trabalho, ao grau de satisfação do egresso e aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (resultados do ENADE e da Avaliação das Condições de Ensino). A avaliação externa abrangerá, ainda:

Pesquisa junto à sociedade civil organizada, com os quais o Curso desenvolve suas atividades, para verificar a adequação dessas atividades e o grau de satisfação dos mesmos.

Pesquisa junto aos egressos, para verificar o grau de satisfação dos ex-alunos em relação às condições que o Curso lhes ofereceu e vem lhes oferecer (formação continuada).

AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação interna ocorrerá por meio da Comissão Própria de Avaliação - CPA, que organizará e/ou definirá os procedimentos e mecanismos adotados para a avaliação dos cursos.

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CPA e segundo as atribuições previstas na Organização Didática dos Cursos Superiores do Instituto Federal Catarinense, o NDE acompanhará a evolução dos seguintes pontos:

Atividades de ensino;

Organização didático pedagógica;

Projeto Pedagógico do Curso;

Atividades de pesquisa e de iniciação científica;

Atividades de extensão;

Biblioteca;

Instalações;

Avaliação discente sobre a estrutura e sobre os docentes;

Autoavaliação discente e docente.

ESTÁGIO CURRICULAR

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Matemática objetiva a preparação do acadêmico para a prática docente. O Estágio curricular será desenvolvido dentro de uma perspectiva cujo enfoque principal é a pesquisa em ensino de Matemática, integrada com a atuação docente do acadêmico.

O Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática terá carga horária de 405 horas e será parte integrante do currículo obrigatório do curso, sendo realizado a partir do quinto semestre letivo objetivando assegurar o contato do aluno com situações, contextos e instituições de ensino, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais reais, servindo de experiência para um melhor exercício de sua profissão. Neste sentido sugere-se que o desenvolvimento dos estágios ocorra de acordo com o previsto na matriz curricular do curso.

As atividades de estágio obedecem ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, na Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, no Regimento Geral de Estágios do Instituto Federal Catarinense e no Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Matemática.

O Estágio Supervisionado é instância privilegiada que permite a articulação entre o estudo teórico e os saberes práticos e tem como propósito a inserção do futuro licenciado em Matemática no mundo do trabalho das instituições de ensino. Neste sentido, apresentam-se como finalidades básicas, as seguintes proposições:

- a) Complementar o ensino-aprendizagem a partir do contato com a realidade das escolas.
- b) Inserir o futuro educador à realidade educacional brasileira.
- c) Avaliar a prática pedagógica como educador em construção.
- d) Possibilitar uma prática que integre o saber popular e o científico.

Em conformidade com a resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015, o Estágio Supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, respeitará o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, sendo o estagiário avaliado conjuntamente pela instituição formadora e a escola campo de estágio.

ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

Além do Estágio Supervisionado, o aluno poderá realizar estágio extracurricular em qualquer período do curso, desde que obedecida a legislação que regulamenta os estágios e

seguidas as normas institucionais e regulamentares do IFC e do *Campus* onde o curso está sendo oferecido.

ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

1ª. Etapa: Estágio Supervisionado I (90h) consiste na observação, em escolas e turmas das séries finais do ensino fundamental, acompanhado de roteiro de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Nos encontros realizados durante o semestre, entre outras atividades, haverá a elaboração de um pré-projeto de prática da docência.

2ª. Etapa: Estágio Supervisionado II (120h) – nesta etapa o acadêmico solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente. Acontecerá a conclusão do pré-projeto e a organização do projeto com a preparação para a respectiva aplicação, caracterizando-se em estágio de pré-docência nas séries finais do ensino fundamental. Ao final deste estágio será elaborado um relatório final, de caráter obrigatório e parte indissociável desta etapa de ensino.

3ª. Etapa: Estágio Supervisionado III (90h) – consiste na observação, em escolas e turmas do ensino médio, acompanhado de roteiro de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Nos encontros realizados durante o semestre, entre outras atividades, haverá a elaboração de um pré-projeto de prática da docência.

4ª. Etapa: Estágio Supervisionado IV (105h) – nesta etapa o acadêmico solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente. É a conclusão do pré-projeto e organização do projeto com a respectiva aplicação, caracterizando em estágio de pré-docência no ensino médio. Ao final deste estágio será elaborado um relatório final, de caráter obrigatório e parte indissociável desta etapa de ensino.

A primeira e terceira etapas do Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática tem como objetivo a análise reflexiva da prática, por meio de observação em salas de aula de Matemática do ensino fundamental – séries finais e posteriormente do ensino médio.

Na segunda e quarta etapas do Estágio Supervisionado será dada ênfase à prática, por meio da aplicação de formas de organização didática no ensino fundamental – séries finais e no ensino médio.

A regulamentação dos estágios será organizada e aprovada pelo NDE de curso, contendo as diferentes modalidades de operacionalização, formas de apresentação e avaliação de relatórios finais com acompanhamento individualizado, inclusive durante a fase de realização e ao final do mesmo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

A avaliação dar-se-á em cada etapa conforme descrito abaixo, a partir da elaboração de critérios que serão especificados pelo NDE do curso de Licenciatura em Matemática.

1ª. Etapa: Estágio Supervisionado I – avaliação do relatório final desta etapa, parecer do orientador e coorientador e demais avaliações correlatas constantes no plano de ensino da disciplina.

2ª. Etapa: Estágio Supervisionado II – relatório final das atividades de estágio, parecer do orientador e coorientador, apresentação do relatório de estágio em um seminário de socialização, avaliação da escola campo de estágio e demais avaliações correlatas constantes no plano de ensino da disciplina.

3ª. Etapa: Estágio Supervisionado III – avaliação do relatório final desta etapa, parecer do orientador e coorientador e demais avaliações correlatas constantes no plano de ensino da disciplina.

4ª. Etapa: Estágio Supervisionado IV – relatório final das atividades de estágio, parecer do orientador e coorientador, apresentação do relatório de estágio em um seminário de socialização, avaliação da escola campo de estágio e demais avaliações correlatas constantes no plano de ensino da disciplina.

LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa seguirão a política institucional em consonância aos princípios e às peculiaridades do PDI e PPI do IFC e do *Campus*.

Neste sentido podemos identificar como possíveis linhas de pesquisa:

Formação de professores;
Metodologias de ensino;
Tecnologias digitais no Ensino da Matemática;
Matemática aplicada.

AÇÕES DE EXTENSÃO

De acordo com a resolução nº 054/2012 CONSUPER/IF Catarinense a extensão deve estar articulada ao ensino e à pesquisa e é compreendida como um processo eminentemente educativo, cultural, técnico-científico e pedagógico. A mesma deverá ser desenvolvida por meio de programas, projetos e ações em consonância com o PDI do IFC e dos *campi*.

O curso de Licenciatura em Matemática desenvolverá a extensão por meio de:

Programas – ações continuadas/permanentes em estreita relação com o ensino e a pesquisa, no intuito de estabelecer vínculos e compromissos com os processos educativos regionais;

Projetos – ações desencadeadas dos programas (formação continuada, assessoria pedagógica e técnica).

Ações - ações eventuais de curta duração articuladas aos programas ou projetos (palestras, seminários, congressos, semanas acadêmicas e demais eventos desta natureza).

Os princípios orientadores das ações de extensão devem ser:

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

A inserção social/regional com vistas a educação de qualidade social;

Como processo de diálogo e interação entre instituição formadora e sociedade.

Os programas, projetos e ações do curso de Licenciatura em Matemática serão propostos e normatizados pelo NDE de curso, tendo como preocupação a relevância social, regional, cultural, pedagógica, metodológica e epistemológica.

Anualmente são divulgados editais de extensão que contemplam amplamente os cursos de graduação do IFC – *Campus* Avançado Sombrio, visando fomentar atividades de extensão voltadas à formação do graduando.

ATIVIDADES DO CURSO

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com as resoluções nº 043 CONSUPER/2013, nº 053 CONSUPER/2014 e nº 27 CONSUPER/2016 do IFC Catarinense, que tratam das atividades curriculares complementares, estas são as atividades não integrantes das práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares, oficinas ou seminários obrigatórios do Curso Superior, desde que afins às áreas de formação geral e profissional do curso.

As atividades acadêmicas, científicas e culturais serão desenvolvidas ao longo do curso, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. O estudante deverá ter pelo menos 200 horas de atividades complementares para a conclusão do curso. Fica obrigatória a realização de atividades curriculares complementares que incluam atividades de ensino, extensão e pesquisa.

Os objetivos gerais das atividades curriculares complementares são os de flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre o IFC e a sociedade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania.

A integralização das atividades curriculares complementares dos Cursos de Graduação do IFC, previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), são de responsabilidade de cada acadêmico.

Para fins de aproveitamento das atividades curriculares complementares, serão consideradas todas aquelas modalidades previstas nas resoluções.

As atividades complementares devem ser desenvolvidas no decorrer do curso, entre o primeiro e o último semestre, sem prejuízo da frequência e aproveitamento nas atividades do curso, podendo ser aproveitadas as atividades que tenham sido realizadas até um ano antes do ingresso do aluno no curso.

18.1.1 Da tramitação e registro

A submissão das atividades curriculares complementares deverá ser feita pelo estudante seguindo fluxo apropriado definido pelas resoluções e normas do IFC. A Coordenação de Curso será responsável por analisar e validar ou não a documentação submetida. Ao estudante serão oferecidos meios de tomar ciência do resultado da submissão de atividades curriculares complementares.

O registro no histórico escolar deverá apresentar o detalhamento das atividades realizadas pelo acadêmico com a respectiva carga horária em cada modalidade de Atividade Curricular Complementar.

As atividades curriculares complementares dos Cursos de graduação do IFC são normatizadas pela Resolução CONSUPER nº 043/2013, pela legislação vigente e pela regulamentação específica de cada curso, quando existente.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

ATIVIDADES DE MONITORIA

O Curso de Licenciatura em Matemática prevê a monitoria como uma atividade de complementação e aprofundamento dos conteúdos e das ações de formação de seu aluno e seguirá as normas aprovadas pelo CONSUPER mediante edital. A atividade de monitoria visa atender os seguintes objetivos:

I - Propiciar ao acadêmico a oportunidade de desenvolver e compartilhar suas habilidades e competências para a carreira docente nas funções de ensino;

II - Assegurar a cooperação didática entre o corpo docente e discente nas funções universitárias;

III - Oferecer aos acadêmicos oportunidades de complementação e aprofundamento de conteúdos e estratégias de ensino nas diversas disciplinas.

IV – Contribuir para a formação complementar do acadêmico.

A atividade de monitoria é exercida por acadêmico regularmente matriculado, durante o período letivo e de acordo com as normas específicas de cada modalidade citada em regulamento próprio.

Cabe ao professor da disciplina, solicitar o auxílio de monitor mediante projeto de monitoria para a respectiva disciplina a ser encaminhado ao Coordenador do Curso.

Após o cumprimento do programa de monitoria, o monitor receberá um certificado emitido pela secretaria acadêmica do *Campus* Avançado Sombrio do Instituto Federal Catarinense se aprovado na avaliação.

São atribuições do monitor: auxiliar o docente nas atividades didático-pedagógicas; atendimento e orientação de alunos, em períodos por ele já cursados; atender pequenos grupos em horários que não coincidam com os seus horários de aula. É importante salientar que fica evidente no regulamento que é vedado ao monitor elaborar, aplicar ou corrigir provas, ministrar aulas como substituto ou exercer outras funções exclusivamente docentes.

Em relação ao regime de trabalho o programa de monitoria não implica em nenhum tipo de relação empregatícia entre o aluno e a Instituição. O monitor exerce suas atividades sob orientação de professor responsável que zelará pelo fiel cumprimento das atividades previstas.

A divulgação e supervisão das monitorias, será de responsabilidade da Direção de Desenvolvimento Educacional conforme edital do *Campus* para seleção de monitores.

DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE DISPONÍVEL

Nome	CPF	RT	Titulação	E-mail	Telefone
Carla Margarete Ferreira dos Santos	618.099.269-04	40h DE	Doutorado em Ciências e Engenharia de materiais	carla.santos@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Carla Sofia Dias Brasil	665.244.400-30	40h	Mestrado em Educação	carla.brasil@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Cleber Luiz Damim Ferro	022.846.199-59	40h DE	Especialização em Governança e Tecnologia da Informação	cleber.ferro@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Darc Ionice Feijó Da Rocha	045.618.819-30	40h DE	Especialização em Atendimento Especial Especializado e Educação Inclusiva	darc.rocha@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Giovani Marcelo Schmidt	987.678.790-04	40h DE	Mestrado em Ensino de Matemática	giovani.schmidt@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Helmo Alan Batista de Araujo	280.930.398-30	40h DE	Mestrado em Física	helmo.araujo@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
		40h DE			(48) 3533 4001
José Leocádio Cabral Neto	343.374.909-49	40h DE	Mestrado em Agroecossistema	jose.cabral@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Lucas Spirelle Barchinski	037.188.869-79	40h DE	Doutorado em Matemática	lucas.barchinski@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Mara Juliane Woiciechoski Helfenstein	633.688.700-68	40h DE	Doutorado em Filosofia	mara.helfenstein@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo	043.086.224-50	20h	Especialização em Educação Bilingue para Surdos	maria.araujo@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Matheus Trindade Velasques	015.790.950-62	40h DE	Mestrado em Letras (Estudos da Linguagem)	matheus.velasques@ifc.edu.br	(48) 3533 4001
Tatiana Marcela Rotta	783.614.279-53	40h DE	Doutorado em Saúde Coletiva	tatiana.rotta@ifc.edu.br	(48) 3533 4001

Fonte: IFC – *Campus* Avançado Sombrio, 2020.

DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL

Nome	CPF	Cargo	Titulação	E-mail
Ana Maria de Moraes		Pedagoga – Supervisora Educacional	Mestrado em Educação Agrícola	ana.moraes@ifc.edu.br
Andréia da Silva Bez		Psicóloga	Doutorado em Ciências da Linguagem	andreia.bez@ifc.edu.br

Avelina Claudete Rodrigues Claudino		Lavadeira/Assistente de Alunos	Especialização em Orientação/Supervisão / Gestão	avelina.claudino@ifc.edu.br
Antônio Cosmo dos Santos		Técnico em Laboratório	Tecnólogo em Redes de Computadores	antonio.santos@ifc.edu.br
Antonio Marcos Marangoni		Administrador	Mestrado em Administração	antonio.marangoni@ifc.edu.br
Cledimara dos Santos Klaus		Técnico em Enfermagem	Ensino Médio	cledimara.klaus@ifc.edu.br
Cristiane Lied		Assistente Administrativo	Especialização MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	cristiane.lied@ifc.edu.br
Dalvana Silva da Gama		Técnico em Assuntos Educacionais	Especialização em Educação	dalvana.gama@ifc.edu.br
Diego Monsani		Bibliotecário	Mestrado em Gestão de Unidades de Informação	diego.monsani@ifc.edu.br
Eliane Inácio Trajano		Assistente de Aluno	Graduação em Psicologia	eliane.trajano@ifc.edu.br
Famelene Ferraz da Silva		Auxiliar em Administração	Ensino Médio	famelene.silva@ifc.edu.br
Gerusa da Rosa Bez de Souza		Assistente de Alunos	Licenciatura em Letras Português/Inglês	gerusa.souza@ifc.edu.br
Lônia Lúcia Lied		Lavadeira/Auxiliar de Biblioteca	Especialização MBA em Gestão de Recursos Humanos	lonia.lied@ifc.edu.br
Luciana Cândido dos Santos		Auxiliar de Limpeza	Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	luciana.santos@ifc.edu.br
Maria Lúcia Duarte de Lima		Auxiliar de Limpeza/Assistente Administrativa	Ensino Médio	maria.lima@ifc.edu.br
Milena Alves Bratti		Assistente Administrativo	Especialização MBA em Gestão de Recursos Humanos	milena.bratti@ifc.edu.br
Paula Guadanhim		Assistente Administrativo	Mestrado em Administração	paula.generoso@ifc.edu.br

Generoso				
Patrícia Kellen Pereira		Auxiliar de Biblioteca	Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares	patricia.pereira@ifc.edu.br
Reginaldo Luiz Cipriano		Almoxarife	Tecnólogo em Gestão de Turismo	reginaldo.cipriano@ifc.edu.br
Rose Mara dos Santos Colombara da Silva		Assistente de Alunos	Especialização em Orientação/Supervisão / Gestão	rose.santos@ifc.edu.br
Silvana Bauer Rocha		Assistente Administrativo	Graduação em Administração	silvana.rocha@ifc.edu.br
Tânia Maria de Souza Goulart		Assistente de Alunos	Licenciatura em Pedagogia	tania.goulart@ifc.edu.br
Ulysses Tavares Carneiro		Técnico em Assuntos Educacionais	Mestrado em Educação Agrícola	ulysses.carneiro@ifc.edu.br
Vanessa da Silva Rocha		Tradutor e Interprete de Libras	Especialização em educação de surdos	vanessa.rocha@ifc.edu.br
Vanessa Dias Espíndola		Assistente Social	Especialização em educação especial e educação inclusiva	vanessa.espindola@ifc.edu.br

Fonte: IFC – *Campus Avançado Sombrio*, 2020.

DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

BIBLIOTECA

ACESSIBILIDADE

O IFC/ CAS conta com atendimento de apoio pedagógico que inclui as demandas no aspecto psicopedagógico, considerando questões de saúde, psíquicas e emocionais, fundamentais para o bem-estar do estudante e seu pleno desenvolvimento são atendidas a fim de promover uma adaptação e contribuir para a conclusão com êxito do estudante no curso ao qual está inserido. O trabalho multidisciplinar, supervisionado pela Coordenação do curso, pelo Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPE), Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE) e a equipe de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Sendo assim, os estudantes são avaliados e acolhidos na sua individualidade e limitações recebendo atendimento que contemple suas necessidades específicas. Os profissionais que trabalham no suporte pedagógico atuam em diferentes atividades ligadas ao ensino, desde o ingresso até a conclusão, o que possibilita o suporte e implementação de ações junto aos alunos visando o acesso e permanência com êxito acadêmico.

COORDENAÇÃO DO CURSO:

Compete ao Coordenador de Curso: I–cumprir e fazer cumprir as decisões e normas emanadas pelas instâncias superiores e demais órgãos;
II–executar,junto ao NDE as providências de correntesdasdecisões tomadas;
III–realizaroacompanhamentoeavaliaçãodocursojuntoaoNDE;
IV–orientar os acadêmicos quanto à matrícula e integralização do curso;
V–analisar e emitir parecer,junto ao NDE,sobre alterações curriculares, encaminhando aos órgãos competentes;
VI–propor,semestralmente, em conjunto como Coordenador Geral de Ensino, observando o PPC e o calendário acadêmico, os horários de aula do curso, submetendo-o à aprovação do Colegiado do Curso;
VII–analisar e emitir parecer conclusivo dos requerimentos recebidos dos acadêmicos, ouvidas as partes interessadas;
VIII–acompanhar a organização disciplinar, no âmbito do curso; IX–tomar, nos casos urgentes, decisões ad referendum, encaminhando-as para deliberação no Colegiado de Curso;
X–apoiar a realização de eventos acadêmicos relacionados ao curso;
XI–supervisionar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;
XII–convocar e presidir reuniões do corpo docente;
XIII–analisar e aprovar, em conjunto com o NDE, os Planos de Ensino;
XIV–incentivar os docentes e discentes para atividades articuladoras entre ensino, pesquisa e extensão;

DEPARTAMENTO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO:

Articula entre a Coordenação Geral de Ensino, o Núcleo Pedagógico (NUPE), o Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Específicas (NAPNE), SISAE e AEE, Intérprete de LIBRAS, a biblioteca e a Coordenação de Registros Acadêmicos a fim de dar a melhor estrutura e apoio pedagógico aos alunos.

O NÚCLEO PEDAGÓGICO (NUPE)

O Núcleo Pedagógico é composto por uma equipe multidisciplinar de profissionais que atuam em conjunto no desenvolvimento de atividades de apoio psicológico e pedagógico para os discentes e docentes do Campus.

O NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)

Este núcleo é regulamentado pela Resolução nº 33/2019. Tendo atribuições que visam desenvolver ações de implementação de políticas de inclusão e contribuir para as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal;

Também necessita articular e promover ações referentes à questão da equidade e da proteção dos direitos de pessoas com deficiência e necessidades específicas, através de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Este núcleo necessita promover espaços de debates, vivências e reflexões, quanto a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas, além de construir vínculos e manter diálogo permanente com fóruns, organizações, associações, representações da sociedade civil e movimentos sociais comprometidos com a temática de equidade e inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

Compete ao núcleo assessorar e prestar consultoria às instâncias e setores do IFC em situações ou casos que envolvam essas temáticas, possibilitando a parceria com os núcleos inclusivos relacionados à promoção da inclusão, diversidade e o respeito aos direitos humanos;

Assim como deve propor programas de formação continuada para a comunidade da região de abrangência e ações de capacitação para servidores sobre a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas e Incentivar a relação instituição/comunidade, no que diz respeito às pessoas com deficiência e necessidades específicas;

O NAPNE irá disponibilizar, indicar acervo para a biblioteca sobre a temática, estimular a produção e demandar a aquisição de materiais diversos sobre a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, que respeitem, valorizem e promovam a diversidade cultural, assim como contribuirá com o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas e interdisciplinares, que possibilitem ao educador e ao educando o entendimento da necessidade de inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

Fazer intercâmbio com os demais campi e escolas da rede pública e privada e outras instituições com o intuito de realização de atividades voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, além de propor políticas de acesso, permanência e êxito, de modo a atender, aconselhar e acompanhar, forma transversal e interdisciplinar, pessoas com deficiência e necessidades específicas que se encontrem em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional;

Sendo assim, também participará dos processos de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) do IFC, a fim de garantir que a temática da inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas seja contemplada.

O SERVIÇO INTEGRADO DE SUPORTE E ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL (SISAE)

Este setor é responsável pelas questões disciplinares e de apoio ao estudante.

Tendo como atribuições coordenar, acompanhar o atendimento aos alunos e orientar aqueles que apresentam problemas que interferem no desempenho acadêmico e no cumprimento das normas institucionais. É formado por uma equipe técnica multidisciplinar composta por: psicólogo escolar, enfermeira, assistentes de alunos, técnica em assuntos educacionais e assistente social.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado está regulamentado pela resolução nº XX, de XXXX de 2020.

Este atendimento é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes.

O AEE é oferecido preferencialmente no contraturno das atividades didáticas e pedagógicas dos cursos nos quais os estudantes estão matriculados. poderá ser oferecido, por meio de atividades orientadas, no horário de aula, junto à turma regular, quando previsto no Plano de AEE.

Entende-se como público desse atendimento:

I – Estudantes com deficiência: aqueles que têm algum impedimento, de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais

barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

II – Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição estudantes com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III – Estudantes com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas;

IV – Estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo, mediante avaliação da equipe de AEE.

Parágrafo único. *É prioritário o atendimento ao público-alvo previsto nos incisos I, II e III.*

A resolução define, que o encaminhamento do estudante para a avaliação da equipe de AEE deverá ser feito pelo coordenador do curso, professores dos componentes curriculares, coordenações de registro acadêmico e cadastro institucional e/ou setor de atendimento ao estudante.

Sendo assim, o estudante e/ou responsável poderá solicitar diretamente o atendimento educacional especializado ao setor de atendimento ao estudante do *campus*, que encaminhará ao atendimento educacional especializado para avaliação pedagógica do estudante, pela equipe do AEE, composta por pedagogo, psicólogo e professor de Educação Especial/professor de AEE.

Fica claro na resolução normativa do AEE que não é obrigatória a comprovação da necessidade de atendimento por meio de laudo ou outra documentação.

O IFC/CAS tem como questões de acessibilidade concretizadas : Valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de intérprete/tradutor de LIBRAS, bem como a adoção de estratégias didático-metodológicas que considerem o conteúdo semântico da escrita do surdo. Neste sentido, também são oferecidos cursos, palestras e oficinas acerca da LIBRAS e aspectos da cultura Surda para a comunidade escolar.

Em relação a aspectos de infraestrutura das instalações é possível destacar:

As áreas comuns do Campus, bem como a biblioteca onde estão as salas de trabalho, laboratórios e salas de aula atendem as exigências da ABNT 9050, quanto aos espaços livres de circulação e corredores, área de transferência e área de alcance.

A instituição possui reserva de vaga em estacionamento para pessoa com deficiência.

O prédio do Campus possui sanitários acessíveis, bebedouro, rampas de acesso até o refeitório e um elevador que liga os dois prédios do CAS, possibilitando a circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

A COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS (CRA)

A Coordenação de Registro Acadêmico (CRA) têm como funções dar suporte à Coordenação de Ensino e Professores; salvaguardar documentos sigilosos; atender ao público interno e externo; fazer registro no sistema acadêmico de matrículas, turmas, classes, matrizes curriculares, elementos disciplinares, calendários, registro de notas e regras acadêmicas, bem como confeccionar diplomas e históricos escolares, entre outras.

CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA

Ao aluno concluinte do curso de Licenciatura em Matemática em todas as suas etapas previstas na matriz curricular, será concedido diploma com o título de Licenciado em Matemática.

Enquanto o diploma não for expedido definitivamente, o aluno concluinte poderá requerer certificado de conclusão de curso.

A diplomação é o ato de emissão do documento oficial do Instituto Federal Catarinense, que certifica a conclusão de curso de graduação e confere grau ao formado. Sua aplicação é efetivada com aluno regular que tenha integralizado o currículo do respectivo curso dentro do prazo previsto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto é o resultado da construção coletiva de professores, técnicos administrativos e alunos, no que se refere às dimensões que fundamentam a educação, o político e o pedagógico, de um determinado período histórico. Neste sentido, se pensou o político e o pedagógico sempre interligados dialeticamente, com vistas a uma educação que reflita as condições em que vivem os atores do processo educativo do curso de Licenciatura em Matemática e, a partir disso, promover a melhoria das condições sociais da comunidade onde se insere o curso. Este projeto será retomado anualmente e novas avaliações deverão acontecer ao longo do processo, pois a construção do conhecimento é dinâmica, provisória e inconclusa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050: 2015**. Terceira edição. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei no 8.670 de 30 de junho de 1993**. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8670.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 1.302/2001 de 6 de novembro de 2001**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 3, de 18 de fevereiro de 2003**. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces032003.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 3, de 10 de março de 2004**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 1º de julho de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 06 jul. 2018.

CANDAU, V. M.; LELIS, I. A. **A relação teoria prática na formação do educador**. In: CANDAU, V. M. Rumo a uma nova didática. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Projeto Político Pedagógico Institucional - PPI**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, 2009.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE *CAMPUS* Sombrio - SC. **Regulamentação de estágio do Instituto Federal Catarinense, Campus Sombrio**. Sombrio, SC: 2009.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução ad referendum nº 005/2010**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, abril 2010. Disponível em: <<http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-AD-REFERENDUM-005-2010-Bolsa-In-Cient.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução ad referendum nº 002/2011**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, fevereiro 2011. Disponível em: <http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-AD-REFERENDUM-002-2011-Regulamento_de_pesquisa_do_IFC1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 054/2012**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, setembro 2012. Disponível em: <<http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-054-2012-Atividades-de-Extens%C3%A3o-Aprovadas-CONSUPER-SET-12.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 057 – consuper/2012**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, novembro 2012. Disponível em: <<http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-057-2012-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tica-nos-C%C3%A2mpus.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 043 – consuper/2013**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, julho 2013. Disponível em:
<<http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-043-2013-Aprova-altera%C3%A7%C3%A3o-na-Res.-048-2010-COMPLET-A-consolidada-com-as-altera%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 053 – consuper/2014**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, agosto 2014. Disponível em:
<<http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-053-2014-Altera-Resolu%C3%A7%C3%A3o-043-2013-ACCs.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de desenvolvimento institucional - PDI**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, novembro 2014. Disponível em:
<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/PDI_IFC.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 27 – consuper/2016**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, julho 2016. Disponível em:
<<http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2016/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-027-CONSUPER.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTE, J. P. **Investigações matemáticas na sala de aula**. Autêntica, Belo Horizonte, 2003.

ANEXOS

APÊNDICE A - Regulamento de estágio supervisionado do curso de licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

TÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO

Artigo 1º – O presente documento regulamenta as atividades de estágio do curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Catarinense – IFC, Campus Avançado Sombrio.

Artigo 2º – A regulamentação constante neste documento está de acordo com a Organização Didática dos Cursos Superiores do IFC, com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática (PPC), com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução CNE/CP nº 2 de 1 de julho de 2015, com o Regimento Geral de Estágio do IFC e com o Regulamento de Estágio do Instituto Federal Catarinense – IFC.

CAPÍTULO I – BASES LEGAIS

Artigo 3º – A Lei nº 11.788, no Artigo 1º § 1º aponta que o “[...] estágio é educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

§ 1º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (Lei nº 11.788).

§ 2º Os cursos de graduação e de ensino técnico devem definir em seu PPC a modalidade de estágio, coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a filosofia do curso (Regulamento geral de estágios do IFC).

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica nos cursos superiores, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso (Lei nº 11.788).

TÍTULO II – DO Estágio Supervisionado

Artigo 4º – O Estágio Supervisionado, é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Artigo 5º – De acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Artigo 6º – São objetivos do Estágio Supervisionado:

- I - proporcionar ao acadêmico a participação em situações de trabalho e experiências de ensino e de aprendizagem visando a complementação da educação profissional fundamentada pelo desenvolvimento de competências e habilidades (Artigo 5º – regulamento geral de estágio do IFC);
- II - promover a integração entre a realidade acadêmica e sócio-econômico-política como forma de ampliar a qualificação do futuro profissional (Artigo 5º – Regulamento geral de estágio do IFC);
- III - integrar o ensino com a realidade, possibilitando a vivência de conhecimentos teóricos e práticos relacionada à sua formação acadêmica;
- IV - oportunizar ao acadêmico estagiário situações que possibilitem apresentar sua visão de análise crítica e domínio do conhecimento específico, através da definição de uma proposta de ação;
- V - incentivar a criação e o desenvolvimento de métodos e processos inovadores, tecnologias e metodologias alternativas, visando atingir as metas do ensino de matemática.
- VI - integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir do desenvolvimento das temáticas observadas nos campos de estágio.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 7º – A estrutura organizacional para o estágio envolverá:

- I – coordenadores de curso;
- II – professor supervisor dos estágios;
- III – professor da disciplina de estágios;
- IV – professor orientador de estágio;
- V – professor coorientador de estágio;
- VI – professores das disciplinas do NPED (eixo pedagógico);
- VII – instituição concedente do estágio;
- VIII – professor regente de classe da instituição concedente;
- IX – acadêmicos.

Seção I – Do coordenador de curso

Artigo 8º – Ao coordenador de curso competirá:

- I - auxiliar na supervisão e desenvolvimento das atividades com os professores: supervisor de estágio, professor da disciplina e professor orientador;
- II - auxiliar na solução de problemas oriundos do estágio com a equipe de professores pertencentes a estrutura organizacional;
- III - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos.

Seção II – Do professor supervisor dos estágios

Artigo 9º – Competirá ao professor supervisor dos estágios as seguintes atribuições:

- I - estabelecer parcerias com as instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do Estágio Supervisionado;
- II - supervisionar o desenvolvimento das atividades do estágio com a equipe de professores pertencentes a estrutura organizacional;
- III - avaliar a adequação das instituições candidatas a campo de estágio quanto à formação cultural e profissional dos professores das disciplinas afins das instituições concedentes;
- IV - providenciar o Termo de Convênio e os respectivos Termos de Compromisso, junto às instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do Estágio Supervisionado;

- V - encaminhar oficialmente os professores orientadores de estágio e acadêmicos aos respectivos campos do estágio;
- VI - prestar assistência técnico-administrativa e pedagógica aos professores orientadores de estágio e acadêmicos, quando houver necessidade;
- VII - visitar as instituições concedentes de campo de estágio, mantendo contato com seus professores e dirigentes, sempre que necessário;
- VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos.

Seção III – Do professor da disciplina dos estágios

Artigo 10 – Competirá ao professor da disciplina de estágios as seguintes atribuições:

- I – organizar encontros e reuniões, para a definição de ações de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas aos estágios;
- II – definir as linhas gerais do planejamento, oficinas, monitorias e regências com a equipe de professores;
- III – distribuir os acadêmicos conforme as vagas disponíveis nas instituições concedentes de estágio;
- IV – o número de orientandos será definido da seguinte forma: para cada grupo de no máximo 10 alunos, um professor orientador, obedecendo à nota Técnica Conjunta nº 001/2017 (PROEN/PROPI/PROEX). A atribuição da carga docente, para efeito do PTD, será computada como ensino, com o lançamento integral das horas do respectivo estágio. Considera-se professores coorientadores, os docentes do curso observando o limite máximo de 04 (quatro) coorientações, contabilizando uma hora semanal para cada coorientação, para efeito de PTD;
- V – organizar os seminários de socialização nas etapas II e IV;
- VI – receber as avaliações emitidas pela instituição concedente e pelo professor orientador;
- VII – cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos.

Seção IV – Do professor orientador do estágio

Artigo 11 – A orientação é obrigatória e será realizada por professores do IFC com o compromisso de visita ao local de estágio, podendo a mesma acontecer de forma ocasional e aleatória ou quando se fizer necessária, e ainda:

- I – nas etapas I e III devem ocorrer no mínimo uma visita (em cada etapa), objetivando a observação da escola do campo de estágio e do andamento do estagiário;
- II - nas etapas II e IV devem ocorrer no mínimo uma visita na regência (em cada etapa).

Artigo 12 – Compete ao professor orientador:

- I – orientar e dar suporte técnico ao acadêmico estagiário nas distintas fases do estágio, acompanhando, em intervalos regulares mediante visitas, telefonemas, e-mails ou outras formas o desenvolvimento do estágio.
- II – apreciar, analisar orientar e acompanhar o planejamento e relatório durante o processo de execução do estágio indicando os materiais que auxiliem no embasamento teórico-prático necessário ao seu desenvolvimento;
- III – divulgação do coorientador em conjunto com os demais acadêmicos;
- IV – orientar e dar suporte técnico ao acadêmico estagiário (da II e IV etapa de estágio) nos diferentes planos de aula da regência. Ressalta-se que o estagiário só poderá iniciar a execução da regência, com a anuência do professor orientador de estágio.
- V – aprovar o relatório antes de encaminhar o estagiário para a próxima etapa do estágio;
- VI – participar do seminário de socialização do estágio para avaliação de seu orientando;
- VII – emitir notas referentes às atividades inerentes a orientação e encaminhá-las ao

professor da disciplina de estágio, conforme formulário .

VIII – cumprir e fazer cumprir as normas do presente regulamento.

Artigo 13 – São requisitos para atuar como professor orientador:

I – ser professor do Campus, com habilitação em matemática;

II – dispor de tempo para orientação.

Seção V – Do professor coorientador do estágio

Artigo 14 – Compete ao professor coorientador a seguinte atribuição:

I - auxiliar o acadêmico, no que tange a orientação da produção textual do relatório de estágio;

Artigo 15 – São requisitos para atuar como professor coorientador:

I – ser professor do Campus e atuar no curso;

II – dispor de tempo para orientação;

Seção VI – Dos professores das disciplinas do NPED (eixo pedagógico)

Artigo 16 – Compete aos professores das disciplinas do eixo pedagógico envolvidas nos períodos nos quais o estágio Supervisionado ocorre:

I – dar suporte a pesquisa;

II – auxiliar com sugestões de estratégias que possam ser desenvolvidas no estágio;

III – indicar bibliografias que auxiliem no desenvolvimento da pesquisa.

Seção VII – Da instituição concedente do estágio

Artigo 17 – Compete à instituição:

I – receber o acadêmico para realização do estágio;

II – receber e fornecer informações e documentos necessários;

III – encaminhar o acadêmico para a sala de aula;

Seção VIII – Do professor regente de classe da instituição concedente

Artigo 18 – É necessário que o professor regente de sala tenha habilitação na área de atuação.

Artigo 19 – Compete ao professor regente de sala:

I - acompanhar as atividades que o acadêmico estagiário desenvolve;

II - analisar o planejamento elaborado pelo acadêmico e aprovado pelo professor orientador sugerindo alterações, se necessário;

III - avaliar o estagiário e preencher os formulários solicitados pelo IFC, logo após a conclusão do estágio;

Seção IX – Do acadêmico

Artigo 20 – Ao acadêmico compete:

I - Participar de todas as atividades previstas para o Estágio;

II – apresentar plano de estágio, contendo um cronograma de no mínimo 3 encontros presenciais, para cada etapa do estágio, seguindo o cronograma do mesmo;

III – desenvolver as atividades do estágio com responsabilidade, criatividade e senso crítico;

IV – observar atentamente a aplicação dos princípios de comunicação, relações humanas e ética profissional;

V – ter conhecimento da documentação necessária para a realização do estágio e cumprir o cronograma para entrega dos mesmos e de todas as etapas do Estágio;

- VI – receber e preencher a documentação necessária levando à instituição concedente e devolvendo ao IFC com as devidas informações e assinaturas;
 - VII – elaborar e entregar as produções escritas via impressa e/ou em formato digital, conforme orientações do NDE do campus ao professor orientador, com antecedência mínima de dez dias úteis da data estipulada para o encerramento da etapa;
 - VIII – ter conhecimento da data, local, horário e tempo, das atividades relacionadas ao estágio;
 - IX – providenciar os recursos materiais necessários para o desenvolvimento do estágio;
 - X – estar presente em todas as orientações agendadas pelo professor orientador;
 - XI – cumprir as normas do presente regulamento e demais normatizações relativas ao estágio do IFC.
- Artigo 21 – No Estágio Supervisionado I e III o acadêmico não poderá assumir a docência no campo de estágio.

CAPÍTULO III – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO Estágio Supervisionado

Artigo 22 – Para operacionalização do estágio é necessário que se satisfaçam as seguintes condições:

Seção I – Da matrícula

Artigo 23 – O acadêmico deverá estar regularmente matriculado em uma das disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III, IV previstas na seção IV deste Regulamento.

Seção II – Da frequência

Artigo 24 – A frequência nas disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III, IV, obedecerá aos seguintes critérios:

- I – a frequência exigida para os estágios obrigatório I, II, III, e IV no campo de estágio será de 100% da carga horária, conforme disposto no cronograma das respectivas disciplinas, para as atividades presenciais do curso;
- II – no estágio não há justificativa de faltas, excetuando-se os casos previstos na organização didática dos cursos superiores do IFC;
- III – no caso de justificativa de faltas prevista no inciso anterior, o acadêmico deverá repor a carga horária correspondente ao período de sua ausência, desde que esta reposição seja estabelecida em acordo com o professor orientador de estágio e a instituição concedente de campo de estágio;
- IV – a carga horária das disciplinas Estágio Supervisionado, em cada período, deverá ser cumprida integralmente, mediante plano de estágio organizado pelo acadêmico sob a orientação e aprovação do professor orientador de estágio;
- V – a frequência do acadêmico em atividades na instituição concedente de campo de estágio será registrada em formulário próprio (Apêndice D), controlada pelo professor orientador de estágio e registrada no diário de classe.

Seção III – Da definição do campo de Estágio

Artigo 25 – Os estágios poderão ser realizados em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, em instituições de ensino regular, deferidas pelo NDE, e em diferentes modalidades de ensino que possibilitem a execução da proposta pedagógica programada pelo acadêmico.

Artigo 26 – Será permitida a realização de estágio nas instituições com as quais o IFC mantém convênio ou, na medida do possível, no próprio local de trabalho do acadêmico quando este já leciona, desde que não seja na mesma turma que é regente de classe e em conformidade

com a Seção VIII.

Seção IV - Da Programação e da Duração

Artigo 27 – A programação de estágio do Curso Licenciatura em Matemática compreende um conjunto de atividades previstas no PPC, complementada pelo planejamento do NDE e equipe integrante da estrutura organizacional do estágio.

§ 1º. Os estágios obrigatório I e III poderão ser realizados em duplas, de acordo com as normas deste regulamento, e com a aprovação prévia do NDE.

§ 2º. Os estágios obrigatório II e IV deverão ser realizados individualmente, de acordo com as normas deste regulamento.

Artigo 28 – O estágio do Curso Licenciatura em Matemática é um espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da educação em matemática, devendo ser orientado por um professor do IFC e corresponde às seguintes etapas, conforme o PPC:

1ª Etapa: Estágio Supervisionado (90h) – subdivididas em:

a) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos e execução do projeto de oficina.

b) No mínimo 30 horas de planejamento da oficina e elaboração do relatório de estágio, os quais deverão ser desenvolvidos no contraturno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.

c) No mínimo 30 horas que consistem na observação em escolas, em uma turma de cada ciclo dos anos finais do ensino fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola, do plano de ensino de matemática e análise dos livros e materiais didáticos adotados pela instituição concedente do estágio.

2ª Etapa: Estágio Supervisionado II (120h) – Nesta etapa o acadêmico realiza a regência, preferencialmente em uma das turmas observadas na 1ª etapa, solidificando conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretizando habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, subdivididas em:

a) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, planejamento do projeto de monitoria ou do dia da matemática, do seminário de socialização de estágio na turma.

b) No mínimo 8 horas que consistem na observação, em escolas e turmas dos ciclos na primeira etapa, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática e análise dos livros e materiais didáticos adotados pela instituição concedente do estágio.

c) No mínimo 24 horas de regência na turma escolhida.

d) No mínimo 28 horas de monitoria ou dia da matemática da escola, que deverão ser desenvolvidas no contra turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.

e) No mínimo 30 horas destinadas ao planejamento individual da regência e elaboração da produção escrita do relatório.

3ª Etapa: Estágio Supervisionado III (90h) – subdivididas em:

a) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos e execução do projeto de oficina.

b) No mínimo 30 horas que consistem em observações, em escolas e turmas do ensino médio, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática e análise dos livros, materiais didáticos adotados pela instituição concedente do estágio.

c) No mínimo 30 horas de monitorias oferecidas nas turmas do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e/ou para ENEM/ENADE, que deverão ser desenvolvidas no IFC – Campus Avançado Sombrio.

§ 1o No inciso III o acadêmico deverá atuar nos três anos do ensino médio, realizando um total de 10h, em cada ano.

4ª Etapa: Estágio Supervisionado IV (105h) – Nesta etapa o acadêmico realiza a regência, preferencialmente em duas das turmas observadas na etapa 3ª, solidificando conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente subdivididas em:

a) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, apresentação de macroaulas, além do seminário de socialização de estágio na turma.

b) No mínimo 12 horas que consistem na observação, em escolas com duas turmas do ensino médio, totalizando 6 horas em cada turma, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola, do plano de ensino de matemática e análise dos livros, materiais didáticos adotados pela instituição concedente do estágio.

c) No mínimo 24 horas de regência nos anos escolhidos.

d) No mínimo 20 horas de monitorias oferecidas nas turmas do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e/ou para ENEM/ENADE, que deverão ser desenvolvidas no IFC Campus Avançado Sombrio.

e) 19 horas destinadas ao planejamento individual da regência e elaboração da produção escrita do relatório.

Subseção I – Da observação

Artigo 29 – A observação compreenderá as seguintes ações:

I - as etapas 1ª e 3ª do Estágio têm como objetivo a análise reflexiva da prática, por meio de observação de aulas de matemática do ensino fundamental (anos finais) e ensino médio respectivamente.

II – Realizando uma análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática, análises dos livros, materiais didáticos adotados pela instituição concedente do estágio.

Subseção II – Das oficinas e monitorias

Artigo 30 – Por oficina e monitorias entende-se respectivamente:

I - intervenção prática planejada a partir de um tema previamente definido entre o professor orientador e acadêmico.

II - desenvolvimento de práticas educativas por meio de métodos alternativos e resolução de exercícios.

Parágrafo único: As atividades de oficinas e monitorias poderão contribuir para a pesquisa e elaboração do artigo final.

Subseção III – Do planejamento

Artigo 31 – O acadêmico, sob acompanhamento e orientação do professor orientador de estágio, realizará período de observação na instituição concedente de estágio, com a finalidade de coletar dados para diagnóstico e elaboração do plano das aulas de estágio.

Artigo 32 – O acadêmico elaborará seu plano das aulas de estágio e o apresentará na data especificada no cronograma do semestre letivo submetendo-o à aprovação do professor orientador de estágio.

Artigo 33 – Após aprovação do professor orientador de estágio, o plano das aulas de estágio deverá ser apresentado ao professor regente de classe da instituição concedente de estágio, que emitirá o aceite para sua execução, com antecedência de uma semana.

Artigo 34 – O planejamento do estágio contemplará as seguintes ações:

I – observação na instituição concedente de campo de estágio e elaboração do relatório de observação, segundo orientações do professor orientador de estágio;

II – produção de material didático-pedagógico e de subsídios teórico-metodológicos necessários à execução do planejamento.

Subseção IV – Da regência

Artigo 35 – Entende-se por prática de docência as atividades de planejamento, organização didático metodológica e efetivo exercício de docência.

Artigo 36 – O desenvolvimento da regência compreenderá as seguintes ações:

I – realização da prática pedagógica em sala de aula (docência);

II – coleta de dados para oficina, monitoria, relatórios, artigos e pesquisa;

III – avaliação, como processo, para a retroalimentação da docência.

Subseção V – Do relatório

Artigo 37 – O relatório compreende no registro e análise fundamentada das atividades de estágio desenvolvidas em cada uma das etapas, sob a forma de relatórios, com base nos resultados da docência, sua discussão, análises e sínteses.

Artigo 38 – Os acadêmicos produzirão os relatórios individualmente conforme a etapa do estágio desenvolvida.

Artigo 39 – Os relatórios serão elaborados conforme roteiro estabelecido pelo NDE do campus;

Artigo 40 – Ao término de cada etapa o acadêmico deverá entregar o documento final, sob a forma de relatório, de acordo com cronograma da disciplina.

Artigo 41 – As produções escritas deverão atender as normas da ABNT vigente e às orientações metodológicas do IFC – Campus Avançado Sombrio.

Parágrafo único – a entrega dos relatórios aprovados pelo professor orientador e coorientador são requisitos para conclusão e aprovação nas respectivas etapas.

Subseção VI – Do seminário de socialização

Artigo 42 – A socialização do estágio acontecerá por meio de Seminários de Socialização após a finalização dos estágios obrigatório II e IV:

I – na 2ª etapa a socialização do relatório final referente aos anos finais do ensino fundamental;

II - na 4ª etapa socialização do relatório final referente ao ensino médio;

CAPÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO

Artigo 43 – A avaliação do estágio configura-se como elemento integrador da teoria e da prática e será realizado pelos professores orientadores, coorientadores, da disciplina de estágio e pelo professor regente de classe da instituição concedente do estágio.

Artigo 44 – A avaliação de cada etapa dar-se-á conforme indicado no PPC do curso de Licenciatura em Matemática e conforme critérios adicionais aprovados no NDE do curso para cada campus, com base nos instrumentos e critérios pré-definidos (Apêndice G e Apêndice H)

Artigo 45 – A nota final do estágio será composta pela média aritmética da avaliação do(s) professor(es) orientador(es) e coorientador(es), da disciplina de estágio e do regente de classe da instituição concedente. Para obter aprovação o acadêmico deverá atingir nota igual ou superior a sete (7,0).

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 46 – O acadêmico que não obtiver nota final superior ou igual a sete na disciplina deverá cursá-la novamente.

Artigo 47 – O roteiro do relatório será definido pelo NDE e professores envolvidos na equipe da estrutura organizacional do estágio.

Artigo 48 – As instituições concedentes do estágio serão definidas pelo professor supervisor dos estágios e aprovado pelo NDE e professores envolvidos na equipe da estrutura organizacional do estágio.

Artigo 49 – Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos, pela Coordenação do Curso e NDE do Curso Licenciatura em Matemática de cada campus.

TÍTULO III – DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Artigo 50 – Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido pelo acadêmico como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estagiários que estejam frequentando o ensino regular no IFC.

Artigo 51 – Poderão ser campos de estágio não-obrigatório para acadêmicos dos Cursos de Licenciatura em Matemática as escolas e demais instituições que atuem na área educacional, além dos setores e áreas afins do Curso de Licenciatura em Matemática do IFC.

Artigo 52 – Serão consideradas afins ao Curso de Licenciatura em Matemática as atividades compatíveis com o currículo específico a saber:

I – atividades de estágio recomendáveis para a primeira metade do curso: atividades auxiliares em ambientes educacionais;

II – atividades de estágio recomendáveis para a segunda metade do curso: atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de monitorias de aulas de Matemática em ambientes de educação formais e não formais.

Artigo 53 – A parte concedente de estágio designará profissional docente de seu quadro funcional para ser supervisor de campo de estágio, que deverá ter habilitação ou experiência na área de realização do estágio.

Artigo 54 – O acompanhamento, comprovado por vistos nos programas de estágio e preenchimento do relatório de avaliação do estágio não-obrigatório, será atribuição do respectivo curso de licenciatura, que designará professor orientador para tal.

Artigo 55 – Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo NDE do curso de Licenciatura em Matemática, revogando as disposições em contrário.

APÊNDICE B – Documentos referentes aos estágios

Estágio Supervisionado I, II, III e IV

(Observação e regência, conforme a fase faz-se as adaptações)

1. ORGANIZAÇÃO DA DISCIPLINA:

1.1 Orientação ao aluno:

- Para definir a escola de ensino fundamental ou médio que fará o estágio, precisa-se verificar a lista de escolas conveniadas com o IFC – Campus Avançado Sombrio;
- Fazendo a escolha da escola, precisa-se fazer a solicitação do termo de compromisso, diretamente no link <http://extensao.sombrio.ifc.edu.br/matematica/>. No preenchimento o estudante precisará de algumas informações conforme Apêndice D;
- Após o recebimento do termo de compromisso o estagiário já poderá iniciar o estágio.
- Preencher e entregá-lo o Apêndice E de acordo com o horário do estagiário para o professor da disciplina de Estágio.

1.2 Postura do estagiário na escola:

- Dirigir-se à direção da escola ou responsável solicitando permissão para desenvolver as atividades do plano de estágio;
- Vestir-se adequadamente e com roupas condizentes com o local de estágio;
- Ser discreto, ouvindo atentamente e manifestar-se em momentos propícios ou quando solicitados;
- Respeitar horários e regras estabelecidas pela escola em que está estagiando;
- Cumprir e respeitar as regras do plano de Estágio Supervisionado;
- Apresentar postura ética em relação às informações e às atividades da escola, evitando comentários;
- Desenvolver todas as atividades programadas, respeitando os prazos estabelecidos.
- Registrar sistematicamente as atividades desenvolvidas no campo de estágio, conforme as orientações.

APÊNDICE C - Orientações sobre o termo de compromisso

Dados do estagiário

Nome completo do estagiário: _____

CPF: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Número de matrícula: _____

Etapa do Estágio Supervisionado (I, II, III ou IV): _____

Dados da escola

Razão social (Nome da escola): _____

CNPJ: _____

Esfera Administrativa (Escola Municipal, Estadual, Federal ou Particular): _____

Nome do (a) Diretor (a): _____

Nome do Supervisor (a) (Professor titular da escola em que se realizará o estágio):

Telefone: _____

Endereço da escola (Rua/Av.; número; bairro; cidade; estado): _____

Dados da disciplina de Estágio:

Nome do professor orientador: _____

Número de horas do estágio:

APÊNDICE D - Horário das observações ou regência do estágio

Nome do estagiário: _____

Unidade escolar: _____

Telefone da unidade escolar: _____ Telefone do(a) Estagiário(a): _____

Ano: _____ Turma: _____ Período: _____

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
1º horário					
2º horário					
Intervalo					
3º horário					
4º horário					
5º horário					
6º horário					

Observação: preencher tabela de acordo com o horário das aulas na Unidade Escolar e a turma.

Data do início do Estágio: _____

Data fim do Estágio: _____

OBS: Qualquer alteração deve ser comunicada ao professor da disciplina de estágio.

**APÊNDICE E - Ficha de presença
(Observação ou regência)**

Escola: _____

Professor(a) titular: _____

Estagiário(a): _____

Ano: _____ Turno: _____

Data	Assunto da Aula	h/aula	Assinatura	
			Acadêmico(a)	Prof. Titular

Observação:

A ficha deverá conter o carimbo da Escola;

O estágio deverá ser realizado em turma cujo professor titular tenha graduação em Matemática.

Assinatura do prof. responsável pelo Estágio

APÊNDICE F - Avaliação do estagiário na observação ou regência pelo professor titular

Estagiário(a): _____

Unidade Escolar: _____

Turma: _____

Professor Titular: _____

Período do Estágio: _____

Critérios de avaliação	Valores de 0,1 a 2
Assiduidade e Pontualidade	
Cumprimento das normas e regulamentos internos da Escola.	
Sociabilidade (integra-se com professores, funcionários e alunos da escola).	
Cooperação (disposição para cooperar em atividades da disciplina de matemática com a turma não planejadas inicialmente)	
Buscou informações do PPP da escola e da turma	
Total	

Acrescentar observações consideradas relevantes:

Assinatura do(a) professor(a): _____

Município e data: _____

CARIMBO DA ESCOLA

**APÊNDICE G - Avaliação da observação ou regência de classe
(do supervisor do estágio in loco indicado pelo IFC)**

Nome do aluno estagiário: _____

Unidade Escolar: _____

Ano: _____ Turma: _____ Período: _____

Supervisor do Estágio in loco: _____

Critérios de avaliação	Valores de 0,1 a 2
Assiduidade e Pontualidade	
Cumprimento das normas e regulamentos internos da Escola.	
Sociabilidade (integra-se com professores, funcionários e alunos da escola).	
Cooperação (disposição para cooperar em atividades da disciplina de matemática com a turma não planejadas inicialmente)	
Buscou informações do PPP da escola e da turma	
Total	

Acrescentar observações consideradas relevantes:

Assinatura do(a) professor(a): _____

Município e data: _____

Observações: Caro(a) professor(a), ao chegar na escola, faça contato com o(a) diretor(a)/coordenador(a)/orientador(a)/professor(a) da turma, se presente, coloque nossa instituição a disposição da escola, explique a respeito do “dia da matemática na escola e /ou monitorias”, conforme o programa da disciplina de estágio. Oriente o professor da turma a respeito das atribuições do estagiário(a), pois, caso seja solicitado pelo professor regente da turma, ele poderá auxiliar quando o mesmo assim considerar necessário.

APÊNDICE H - Avaliação do estagiário regente pelo professor da disciplina de estágio supervisionado do IFC

Critérios da avaliação	Valores de 0,1 a 2,0
1-Participou das orientações para a realização do plano de ensino.	
2- Na atuação elaborou os conceitos matemáticos priorizando as ideias aritméticas, algébricas e geométricas dando ênfase ao sistema conceitual, bem como contextualizou adequando o tema a realidade do aluno.	
3- Cumpriu todos os registros legais do estágio (carga horária, frequência, horário) e comunicou com antecedência alterações nas ações do estágio.	
4- Apresentou as qualidades pedagógicas técnicas e humanas necessárias para o desempenho da função de professor conciliando teoria e prática e aceitou críticas/sugestões durante a execução das atividades.	
5- Preencheu corretamente e entregou no prazo determinado os documentos de registro de estágio e relatório científico.	
Total	

Assinatura do prof. responsável pelo Estágio Supervisionado

**APÊNDICE I - Avaliação da regência de classe
(do supervisor do estágio in loco indicado pelo IFC)**

Nome do aluno estagiário: _____

Unidade escolar: _____

Ano: _____ Turma: _____ Período: _____

Supervisor do Estágio in loco: _____

Critérios de avaliação	Valores de 0,1 a 2
1. PLANEJAMENTO: Plano de aula	
2. EXECUÇÃO DO PLANO DE AULA: introdução, desenvolvimento, organização, aproveitamento do tempo.	
3. ASPECTOS DIDÁTICOS: clareza na comunicação, postura e movimento, segurança, interação com os alunos.	
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA: adequação do tema a realidade do aluno.	
5. RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA: Segurança do conteúdo trabalhado, bem como a diversidade de recursos utilizados, e metodologia adequada a abordagem dos conteúdos.	
Total	

Acrescentar observações consideradas relevantes:

Assinatura do (a) professor (a): _____

Município e data: _____

Observações: Caro(a) professor(a), ao chegar na escola, faça contato com o(a) diretor(a)/coordenador(a)/orientador(a)/professor(a) da turma, se presente, coloque nossa instituição a disposição da escola, explique a respeito do "dia da matemática na escola e /ou monitorias", conforme o programa da disciplina de estágio. Oriente o professor da turma a respeito das atribuições do estagiário(a), pois, caso seja solicitado pelo professor regente da turma, ele poderá auxiliar quando o mesmo assim considerar necessário.

APÊNDICE J - Avaliação da regência de classe professor titular

Estagiário(a): _____

Unidade escolar: _____

Professor titular: _____

Período do Estágio: _____

Considerando que a principal função do professor é a de mediar o processo ensino-aprendizagem de maneira que ele contribua efetivamente para uma aprendizagem significativa e para uma melhor qualidade de vida dos alunos, solicitamos que avalie o desempenho do/a estagiário/a nos aspectos abaixo:

Responsabilidades e comprometimento	Valores de 0 a 0,5
1. Apresentou e discutiu o plano de ensino com o professor titular.	
2. Demonstrou responsabilidade, pontualidade, colaboração e ética no decorrer do estágio.	
3. Organizou, com antecedência, os materiais necessários para o desenvolvimento das aulas.	
4. Dialogou com o professor titular sobre as dificuldades encontradas durante o período de estágio.	
5. Apresentou os resultados das avaliações ou registro das observações no decorrer do estágio.	
TOTAL	

Desempenho em sala de aula	Valores de 0 a 0,5
1. Desenvolveu os conteúdos de acordo com os objetivos propostos no plano de ensino.	
2. Organizou as atividades propostas de maneira adequada ao tempo disponível e propiciou a interação com os discentes.	
3. Utilizou adequadamente as metodologias de ensino em relação aos conceitos matemáticos trabalhados, diversificando os recursos.	
4. Realizou o processo de avaliação conforme a proposta de ensino-aprendizagem.	
5. Comunicou-se oralmente de forma adequada ao processo ensino-aprendizagem (fluência verbal e clareza de ideias)	
Total	

Assinatura do(a) professor (a) titular: _____

Município e data: _____

CARIMBO DA ESCOLA

APÊNDICE K - Declaração da correção ortográfica

DECLARAÇÃO

Eu, ___(NOME DO PROFISSIONAL)_____, CPF _____ com formação _____, declaro ter realizado correção ortográfica do relatório de estágio supervisionado, tendo como título Relatório de Estágio Supervisionado em Matemática ___ e ___ do Curso de Licenciatura em Matemática, da(o) aluna(o) _____, do curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Sombrio.

Por ser verdade firmo o presente.

Sombrio, _____, _____ de 20.....

APÊNDICE L - Avaliação final do relatório de estágio supervisionado

Orientador (a): _____

Coorientador(a): _____

Acadêmico (a): _____

Critérios de Avaliação Relatório Estágio	Pontuação Máx.	Nota 1	Nota 2
De acordo com o modelo disponibilizado pela professora orientadora da disciplina.	2,0		
De acordo com as normas da ABNT.	1,5		
Realização das correções sugeridas pelas professoras (orientadora e coorientadora), além do profissional de língua portuguesa	2,5		
Realização da correção das sequências didáticas (plano de aula e oficina) após a aplicação.	2,0		
Coerência e coesão do texto (relato da aulas observadas e ou regidas desenvolvidas durante o estágio).	2,0		
Média Final Relatório	10,0		

* Nota 1: avaliação do orientador(a).

* Nota 2: avaliação do coorientador(a).

Sombrio/SC, _____ de _____ de _____

APÊNDICE M – Regulamentação da disciplina PPE I

NORMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I (PPE I)

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I E DA SUA NATUREZA

Art. 1º. A disciplina de Pesquisa e Processos Educativos I (PPE I) é um componente curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Matemática, sendo este componente do 1º semestre do curso.

Art. 2º. A disciplina de PPE I tem como objetivos a formação com pesquisa, bem como a inserção desde o processo inicial de formação nos campos de atuação profissional. Procura desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do licenciando, além de contribuir para a sua formação básica, profissional, ética, científica e política. Também objetiva desenvolver competências para compreender a pesquisa científica e pesquisa educacional na área de Licenciatura da Matemática.

Art. 3º. A disciplina tem o papel de direcionar os acadêmicos do curso ao planejamento e construção de situações de ensino focadas na aprendizagem dos alunos, de modo a levá-los a problematização e reflexão da produção do conhecimento no âmbito acadêmico e na pesquisa educacional, visando o desenvolvimento de trabalho colaborativo que resultem no aprendizado de conhecimentos e habilidades esperados na educação básica.

Art. 4º. A carga horária da PPE I compreende: 30 (trinta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora; e 60 (sessenta) horas de atividades extra-classe como componente curricular (PCC) em espaço do exercício da profissão docente e por meio da apresentação de seminários relacionado às atividades de pesquisa e prática da disciplina com a temática “Prática Docente”.

CAPÍTULO II - DOS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I

Art. 5º. Os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Modalidades da Educação.

CAPÍTULO III – ORIENTAÇÕES PARA AS PCC

Art. 6º. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação dos professores da disciplina de PPE I deverão contemplar o movimento de aproximar os estudantes com a realidade da profissão e, ao mesmo tempo, possibilitar a aprendizagem: dos processos de pesquisa, dos objetivos, das possibilidades metodológicas, dos instrumentos de constituição de dados, do processo de análise e conclusão inerentes à prática da pesquisa voltados ao tema Prática Docente.

Art. 7º. Planejamento semestral da disciplina PPE I.

§ 1º. Pesquisa de campo sob orientação e supervisão dos professores responsáveis pela disciplina, direcionando-os para instituições, como: escolas, organizações sociais, organizações públicas e privadas, e ou projetos diversos que contemplem a temática de Práticas Docentes;

§ 2º. Pesquisa bibliográfica sobre temas da prática docente para a preparação das atividades de campo;

§ 3º. Orientação, acompanhamento e discussão de propostas didáticas entre docentes e

discentes;

§ 4º. Acompanhamento e orientações nas Atividades Complementares, como: levantamento de dados por meio de depoimentos de professores (observações, entrevistas e/ou questionários) com diferentes tempos de atuação na educação básica e suas concepções acerca de epistemologia da Pesquisa Educacional da Prática Docente;

§ 5º. Realização de Seminário para socialização dos resultados da pesquisa de campo;

§ 6º. Elaboração de uma ficha de acompanhamento de atividades com todas as fases da pesquisa realizada, assinadas pelos professores responsáveis pela disciplina.

CAPÍTULO IV - DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Art. 8º. Para o desenvolvimento da prática é importante o planejamento de atividades no início do semestre: de práticas de inserção da PPE I em práticas de pesquisa de campo; de registros dessas práticas (além da produção textual por meio de ensaio teórico, resenha crítica, artigo, resumo expandido, dentre outras possibilidades); socialização das experiências e produções (seminário, painel, mesa redonda, comunicação oral, dentre outros), voltados a produção de conhecimento no âmbito da educação e prática docente.

Art. 9º. Os professores da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, são responsáveis por coordenar o planejamento da proposta de PCC relativa à disciplina.

Art. 10. O acompanhamento das atividades e orientação da PCC dar-se-á pelos professores da disciplina.

Art. 11. Cabe aos professores da disciplina a administração burocrática da mesma: registros, contato com instituições, documentos para encaminhamento dos acadêmicos, acompanhamento das práticas no campo de atuação docente, avaliação da produção discentes, dentre outros.

Art. 12. Caberá aos professores formadores incentivarem a publicação da produção das PCC, bem como das atividades da disciplina de PPE I, em eventos e/ou periódicos da área.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA PPE I

Art. 13. A avaliação e seus critérios deverá ser definida pelos professores no planejamento do início de cada semestre. Sendo que os instrumentos de avaliação serão assim definidos: Produção de ensaio teórico (ensaio, resenha crítica, artigo, resumo expandido, dentre outros) versando sobre assuntos tratados na disciplina; apresentação dos resultados da pesquisa de campo; ou outros instrumentos definidos pelos professores da disciplina.

Art. 14. O cumprimento das atividades da PPE I e suas atividades complementares são obrigatórias para lograr aprovação. Para ser aprovado o acadêmico deverá ter a atividade complementar da PPE I realizada e registrada conforme o plano de ensino da disciplina.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Art. 16. A presente normatização complementar poderá ser readequada às necessidades do curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.

APÊNDICE N – Regulamentação da disciplina PPE II

NORMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II (PPE II)

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II E DA SUA NATUREZA

Art. 1º. A disciplina de Pesquisa e Processos Educativos II (PPE II) é um componente curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Matemática, sendo este componente do 2º semestre do curso.

Art. 2º. A disciplina de PPE II tem como objetivos a formação com pesquisa, bem como a inserção desde o processo inicial de formação nos campos de atuação profissional. Procura desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do licenciando, além de contribuir para a sua formação básica, profissional, ética, científica e política. Também objetiva desenvolver competências para a problematização de temas transversais no ensino e aprendizagem da matemática na educação básica.

Art. 3º. A disciplina tem o papel de direcionar os acadêmicos do curso ao planejamento e construção de situações de ensino focadas na aprendizagem dos alunos, de modo a levá-los a problematização e reflexão sobre temas transversais em educação, como diversidade, inclusão, direitos humanos e educação ambiental, possibilitando à construção de conhecimento, à criatividade, ao trabalho colaborativo e resultem no desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades esperados na educação básica.

Art. 4º. A carga horária da PPE II compreende: 30 (trinta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora; e 60 (sessenta) horas de atividades de Prática como Componente Curricular (PCC) em espaço do exercício da profissão, realizando pesquisa de campo, observações, entrevistas, pesquisa bibliográfica, escrita acadêmica e práticas da disciplina, assim como apresentação dos resultados em um fórum realizado na instituição.

CAPÍTULO II - DOS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II

Art. 5º. Os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Modalidades da Educação.

CAPÍTULO III - ORIENTAÇÕES PARA AS PCC

Art. 6º. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação do professor da disciplina de PPE II deverão contemplar o movimento de aproximar os estudantes com a realidade da profissão e, ao mesmo tempo, possibilitar a aprendizagem: dos processos de pesquisa, dos objetivos, das possibilidades metodológicas, dos instrumentos de constituição de dados, do processo de análise e conclusão inerentes à prática da pesquisa.

Art. 7º. Planejamento semestral da disciplina PPE II.

§ 1º. Apresentação e discussão de propostas didáticas para a problematização, reflexão acerca dos temas transversais em educação para a preparação do discente na atividade complementar;

§ 2º. Pesquisa bibliográfica sobre temas transversais em educação;

§ 3º. Pesquisa de campo sob a supervisão de professores em instituições, como: escolas, organizações sociais, organizações públicas e privadas, e projetos diversos que contemplem a temática de Temas Transversais em Educação;

§ 4º. Levantamento de dados por meio de depoimentos de professores (observações, entrevistas e/ou questionários) com diferentes tempos de atuação na educação básica e suas concepções acerca de epistemologia e temas transversais;

§ 5º. Relatório do resultado das atividades complementares desenvolvidas em instituições, podendo ser em formato de resumo expandido, paper, entre outros;

§ 6º. Elaboração de uma ficha de acompanhamento de atividades com todas as fases da pesquisa realizada, assinadas pelos professores responsáveis pela disciplina;

§ 7º. Realização de fórum de socialização dos resultados da pesquisa de campo.

CAPÍTULO IV - DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Art. 8º. Para o desenvolvimento da prática é importante o planejamento de atividades no início do semestre: de práticas de inserção da PPE II no ensino e aprendizagem da matemática escolar; de registros dessas práticas (além da produção textual por meio de ensaio teórico, resenha crítica, artigo, resumo expandido, dentre outras possibilidades); socialização das experiências e produções (seminário, painel, mesa redonda, comunicação oral, dentre outros).

Art. 9º. O(s) professor(es) da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, é(são) o(s) responsável(is) por coordenar o planejamento da proposta de PCC relativa à disciplina.

Art. 10. O acompanhamento das atividades e orientação da PCC dar-se-á pelo(s) professor(es) da disciplina.

Art. 11. Cabe ao(s) professor(es) da disciplina a administração burocrática da mesma: registros, contato com instituições, documentos para encaminhamento dos acadêmicos, acompanhamento das práticas no campo de atuação docente, avaliação e acompanhamento da ficha das atividades desenvolvidas, dentre outros.

Art. 12. Caberá ao(s) professore(s) formadores incentivarem a publicação da produção das PCCs, bem como das atividades da disciplina de PPE II, em eventos e/ou periódicos da área.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA PPE II

Art. 13. A avaliação e seus critérios deverá ser definida pelo(s) professor(es) no planejamento do início de cada semestre. Sendo que os instrumentos de avaliação serão assim definidos: Produção de ensaio teórico (ensaio, resenha crítica, artigo, resumo expandido, dentre outros) versando sobre assuntos tratados na disciplina; elaboração de uma ficha de acompanhamento de atividades com todas as fases da pesquisa realizada, assinadas pelo(s) professor(es) responsável(is) pela disciplina; apresentação dos resultados da pesquisa de campo; ou outros instrumentos definidos pelo(s) professor(es) da disciplina.

Art. 14. O cumprimento da PCC é obrigatório para lograr aprovação. Para ser aprovado o acadêmico deverá ter a PCC realizada e registrada conforme o plano de ensino da disciplina.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Art. 16. A presente Normatização Complementar poderá ser readequada às necessidades do

curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.

APÊNDICE O – Regulamentação das disciplinas PPE III e PPE IV

NORMATIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III e IV (PCC)

CAPÍTULO I - DAS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III e IV E DA SUA NATUREZA

Art. 1º. As disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos III e IV (PPE III e PPE IV) são componentes curriculares obrigatórios do Curso de Licenciatura em Matemática, sendo estes componentes do 3º semestre e 4º semestre do curso.

Art. 2º. As disciplinas de PPE III e PPE IV tem como objetivos a formação com pesquisa, bem como a inserção desde o processo inicial de formação nos campos de atuação profissional. Procura desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do licenciando, além de contribuir para a sua formação básica, profissional, ética, científica e política.

Art. 3º. As disciplinas tem o papel de direcionar os acadêmicos do curso ao planejamento e construção de situações de ensino focadas na aprendizagem dos alunos, de modo a levá-los à problematização e reflexão sobre metodologias no ensino de matemática e o contexto histórico da matemática, possibilitando a construção de conhecimento, a criatividade, ao trabalho colaborativo e resultem no desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades esperados na educação básica.

Art. 4º. A carga horária da PPE III e PPE IV compreende: 30 (trinta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora; e 60 (sessenta) horas de atividades de Prática como Componente Curricular (PCC) em espaço do exercício da profissão.

CAPÍTULO II - DOS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III e IV

Art. 5º. Os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Modalidades da Educação.

CAPÍTULO III – ORIENTAÇÕES PARA AS PCC

Art. 6º. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação do(s) professor(es) da disciplina de PPE III e PPE IV deverão contemplar o movimento de aproximar os estudantes com a realidade da profissão e, ao mesmo tempo, possibilitar a aprendizagem: dos processos de pesquisa, dos objetivos, das possibilidades metodológicas, dos instrumentos de constituição de dados, do processo de análise e conclusão inerentes à prática da pesquisa.

Art. 7º. Planejamento semestral da PCC das disciplinas PPE III e PPE IV.

§ 1º. Pesquisa bibliográfica acerca das metodologias para o ensino de matemática e tendências em educação matemática;

§ 2º. Pesquisa de campo sob a supervisão do(s) professor(es) das disciplinas, em escolas para observar as metodologias e tendências utilizadas pelos professores na escola de educação básica;

§ 3º. Análise das metodologias para o ensino da matemática e suas tendências, seguida de planejamento de uma sequência didática utilizando os temas pesquisados;

§ 4º. Orientação, acompanhamento e discussão de propostas didáticas entre docentes e discentes;

CAPÍTULO IV - DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Art. 8º. Para o desenvolvimento da prática é importante o planejamento de atividades no início do semestre: de práticas de inserção da PPE III e PPE IV no ensino e aprendizagem da matemática escolar; de registros dessas práticas (além da produção textual por meio de ensaio teórico, resenha crítica, artigo, resumo expandido, dentre outras possibilidades); socialização das experiências e produções (seminário, painel, mesa redonda, comunicação oral, dentre outros).

Art. 9º. O(s) professor(es) da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, é/são o(s) responsável(eis) por coordenar o planejamento da proposta de PCC relativa à disciplina.

Art. 10. O acompanhamento das atividades e orientação da PCC dar-se-á pelo(s) professor(es) da disciplina.

Art. 11. Cabe ao(s) professor(es) da disciplina a administração burocrática da mesma: registros, contato com instituições, documentos para encaminhamento dos acadêmicos, acompanhamento das práticas no campo de atuação docente, avaliação da produção discentes, dentre outros.

Art. 12. Caberá ao(s) professor(es) formador(es) incentivar(em) a publicação da produção das PCC, bem como das atividades da disciplina de PPE III e PPE IV, em eventos e/ou periódicos da área.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA PPE III e PPE IV

Art. 13. A avaliação e seus critérios deverá ser definida pelo(s) professor(es) no planejamento do início de cada semestre. Sendo que os instrumentos de avaliação serão assim definidos: Produção de ensaio teórico (ensaio, resenha crítica, artigo, resumo expandido, dentre outros) versando sobre assuntos tratados na disciplina; apresentação dos resultados da pesquisa de campo; ou outros instrumentos definidos pelo(s) professor(es) da disciplina.

Art. 14. O cumprimento da PCC é obrigatório para lograr aprovação. Para ser aprovado o acadêmico deverá ter a PCC realizada e registrada conforme o plano de ensino da disciplina.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Art. 16. A presente Normatização Complementar poderá ser readequada às necessidades do curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.

APÊNDICE P – Regulamentação da disciplina tecnologias digitais de educação matemática

NORMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA (PCC)

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DA MATEMÁTICA E DA SUA NATUREZA

Art. 1º. A disciplina de Tecnologias Digitais no Ensino da Matemática (TDEM) é um Componente Curricular Obrigatório do Curso de Matemática - Licenciatura, sendo este componente do 4º semestre do curso.

Art. 2º. A disciplina de TDEM tem como objetivo desenvolver competências para a utilização de tecnologias digitais no ensino e aprendizagem da matemática na educação básica.

Art. 3º. A disciplina tem o papel de direcionar os acadêmicos do curso ao planejamento e construção de situações de ensino focadas na aprendizagem dos alunos, usando diferentes tecnologias que favoreçam a construção de conhecimento, a criatividade e ao trabalho colaborativo, resultando no desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades esperados na educação básica.

Art. 4º. A carga horária da TDEM compreende: 60 (sessenta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora; 30 (trinta) horas de atividades de Prática como Componente Curricular (PCC) tais como: atividades desenvolvidas em espaço do exercício da profissão docente; organização e apresentação de oficinas; apresentação de portfólio digital relacionado às produções da disciplina.

CAPÍTULO II - DOS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Art. 5º. Os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso relacionados a inserção da Tecnologia Digital (TD) no ensino e aprendizagem da matemática escolar no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Modalidades da Educação.

CAPÍTULO III – ORIENTAÇÕES PARA AS PCC

Art. 6º. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação do professor da disciplina de TDEM deverão contemplar o movimento de aproximar os estudantes com a realidade da profissão quanto ao uso de TD na prática docente. Além disso, deve possibilitar a aprendizagem na área de TD: dos processos de pesquisa, dos objetivos, das possibilidades metodológicas, dos instrumentos de constituição de dados, do processo de análise e conclusão inerentes à prática da pesquisa e da produção de artigos.

Art. 7º. Planejamento semestral da PCC da disciplina TDEM.

§ 1º. Produção e publicação - (portfólios digitais) pessoais e/ou coletivos – das produções; das propostas de utilização de TD; bem como outras atividades de investigação em espaço de atuação docente.

§ 2º. Pesquisa em espaços de atuação docente.

§ 3º. Organização e apresentação de oficina em TDIC.

CAPÍTULO IV - DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Art. 8°. Para o desenvolvimento da prática é importante o planejamento de atividades: de práticas de inserção da TD no ensino e aprendizagem da matemática escolar; de registros dessas práticas (além da produção textual por meio de ensaio teórico, artigo, resumo expandido, dentre outras possibilidades); socialização das produções (seminário, painel, mesa redonda, comunicação oral, dentre outros); organização e apresentação de oficinas; construção de portfólio digital.

Art. 9°. O professor da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, é o responsável por coordenar o planejamento da proposta de PCC relativa à disciplina.

Art. 10. O acompanhamento das atividades e orientação da PCC dar-se-á pelo professor da disciplina.

Art. 11. Cabe ao professor da disciplina a administração burocrática da mesma: registros, contato com escolas, documentos para encaminhamento dos acadêmicos, acompanhamento das práticas no campo de atuação docente, avaliação de portfólio digital, dentre outros.

Art. 12. Caberá ao professor formador incentivar a publicação da produção das PCCs, bem como das atividades da disciplina de TDEM, em eventos e/ou periódicos da área.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA TDEM

Art. 13. A avaliação e seus critérios deverá ser definida pelo professor no planejamento do início de cada semestre. Sendo que os instrumentos de avaliação serão assim definidos: apresentação de proposta didática com a utilização da TD; produção de ensaio teórico (ensaio, artigo, resumo expandido, dentre outros) versando sobre assuntos tratados na disciplina; produção e apresentação de portfólio digital; ou outros instrumentos definidos pelo professor da disciplina.

Art. 14. O cumprimento da PCC é obrigatório para lograr aprovação. Para ser aprovado o acadêmico deverá ter a PCC realizada e registrada conforme o plano de ensino da disciplina.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Art. 16. A presente Normatização Complementar poderá ser readequada às necessidades do curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.

APÊNDICE Q – Regulamentação da disciplina didática II

NORMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE DIDÁTICA II

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA DIDÁTICA II E DA SUA NATUREZA

Art. 1º. A disciplina de Didática II é um Componente Curricular Obrigatório do Curso de Matemática - Licenciatura, sendo este componente do 4º semestre do curso.

Art. 2º. A disciplina de Didática II tem como objetivo a análise do processo avaliativo e suas implicações no processo de ensino e de aprendizagem. Fomenta o debate acerca da Avaliação nas diferentes concepções de educação. Diferentes formas e instrumentos de avaliar. Avaliação enquanto componente do trabalho docente (planejamento, execução, avaliação e replanejamento). Aborda também as dimensões: institucional, educacional, de ensino-aprendizagem e sua relação com a qualidade na educação, e por último, visa trabalhar a Avaliação em Matemática à luz das tendências em Educação Matemática. Elementos de Didática da Matemática: transposição didática, contrato didático, obstáculo epistemológico e didático, situações didáticas e adidáticas, engenharia didática.

Art. 3º. A disciplina de Didática II tem a atribuição de incentivar a inserção do acadêmico no seu campo de trabalho, a escola. Considerando essa premissa, essa inserção se dará preferencialmente na Escola Alda Santos de Vargas ou no Instituto Federal Catarinense - Campus Avançado Sombrio.

Art. 4º. A carga horária da Didática II compreende: 30 (trinta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora; e 30 (trinta) horas de atividades de Prática na comunidade externa como Componente Curricular (PCC) em espaço do exercício da profissão docente e por meio da realização de atividades dialógicas, de teoria da Avaliação, e como essa acontece efetivamente nas escolas.

§1º. As 30 horas de PCC terão como foco ir além da resposta final apresentada, considerando-se os seguintes critérios:

- I – o modo como o aluno interpretou sua resolução para dar a resposta;
- II – as escolhas feitas por ele para desincumbir-se de sua tarefa;
- III – os conhecimentos matemáticos que utilizou;
- IV – se utilizou ou não a matemática apresentada nas aulas; e
- V – sua capacidade de comunicar-se matematicamente, oralmente ou por escrito.

CAPÍTULO II - DOS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA II

Art. 5º. Os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Modalidades da Educação.

CAPÍTULO III - DA EMENTA E METODOLOGIA DA DIDÁTICA

Art. 6º. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação da professora da disciplina de Didática II deverão contemplar o movimento de aproximar os estudantes com a prática avaliativa das escolas e, ao mesmo tempo, possibilitar a aprendizagem dos processos avaliativos escolares, dos objetivos, das possibilidades metodológicas de avaliação, e dos instrumentos adotados para tal prática, bem como, apresentar propostas diferenciadas de métodos e instrumentos avaliativos na área de Matemática.

CAPÍTULO IV - DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Art. 7º. A PCC da disciplina de Didática II se dará da seguinte forma: Mínimo de - 2h de trabalho de observação e interação com um professor de Matemática; 2h de orientação com a professora da disciplina no IFC; as demais 26 horas de PCC serão destinadas ao planejamento da proposta de atividade, confecção de materiais avaliativos, estudo teórico, e relatório da proposta apresentada.

Art. 8º. A professora da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, é responsável por coordenar o planejamento da proposta de PCC relativa à disciplina.

Art. 9º. O acompanhamento das atividades e orientação da PCC dar-se-á pela professora da disciplina.

Art. 10. Cabe a professora da disciplina a administração burocrática da mesma: registros, contato com instituições, documentos para encaminhamento dos acadêmicos, acompanhamento das práticas no campo de atuação docente, avaliação da produção discentes, dentre outros.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA DIDÁTICA II

Art. 11. A avaliação e seus critérios deverá ser definida pela professora no planejamento do início de cada semestre. Os instrumentos de avaliação serão assim definidos: Produção de uma proposta avaliativa diferenciada (que não seja prova escrita) incluindo embasamento teórico da área da Avaliação, bem como a apresentação dos resultados das observações e/ou interações feitas na escola; e outros instrumentos definidos pela professora da disciplina, relacionados a ementa da mesma.

Art. 12. O cumprimento da disciplina de Didática II e suas atividades complementares são obrigatórias para lograr aprovação. Para ser aprovado o acadêmico deverá ter a Atividade Complementar da Didática II realizada e registrada.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 13. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Art. 14. A presente Normatização Complementar poderá ser readequada às necessidades do curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.

APÊNDICE R – Regulamentação da disciplina prática de ensino da matemática na educação básica

NORMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE PRÁTICA DE ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (PCC)

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA DE PRÁTICA DE ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA SUA NATUREZA

Art. 1º. A disciplina de Prática de Ensino da Matemática na Educação Básica é um componente curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Matemática, sendo este componente do 5º semestre do curso.

Art. 2º. A disciplina de Prática de Ensino da Matemática na Educação Básica tem como objetivos: refletir sobre o ensino da Matemática na Educação Básica, abordando aspectos de conteúdos, alternativas metodológicas e materiais didáticos; orientar o discente na elaboração de plano de aula para microaula e macroaula.

Art. 3º. A disciplina tem o papel de direcionar os acadêmicos do curso ao planejamento e construção de situações de ensino focadas na aprendizagem dos alunos, de modo a levá-los à reflexão sobre o ensino da matemática na educação básica. Também visa possibilitar a construção de conhecimento, a criatividade, o trabalho colaborativo que resultem no desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades esperados na educação básica.

Art. 4º. A carga horária da disciplina Prática de Ensino da Matemática na Educação Básica compreende: 30 (trinta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora; e 30 (trinta) horas de atividades de Prática como Componente Curricular (PCC) em espaço do exercício da profissão.

CAPÍTULO II - DOS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DA PRÁTICA DE ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 5º. Os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Modalidades da Educação.

CAPÍTULO III – ORIENTAÇÕES PARA AS PCC

Art. 6º. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação do(s) professor(es) da disciplina deverão contemplar o movimento de aproximar os estudantes com a realidade da profissão e, ao mesmo tempo, possibilitar a aprendizagem: dos processos de pesquisa, dos objetivos, das possibilidades metodológicas, dos instrumentos de constituição de dados, do processo de análise e conclusão inerentes à prática da pesquisa.

Art. 7º. Planejamento semestral da PCC da disciplina.

§ 1º. Pesquisa bibliográfica acerca do ensino da matemática na educação básica;

§ 2º. Análise crítica de livros didáticos e paradidáticos para o Ensino Fundamental e Médio;

§ 3º. Pesquisa de campo sob a supervisão do(s) professor(es) da disciplina, em escolas para observar as metodologias utilizadas pelos professores, bem como a utilização dos livros didáticos e paradidáticos, na escola de educação básica;

§ 4º. Análise dos conteúdos matemáticos, das metodologias para o ensino da matemática e confecção do plano de aula para microaula e macroaula;

§ 5º. Orientação, acompanhamento de propostas didáticas entre docentes e discentes;

CAPÍTULO IV - DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Art. 8º. Para o desenvolvimento da PCC é importante o planejamento de atividades envolvendo os temas da disciplina, além de registrá-las e socializá-las.

Art. 9º. O(s) professor(es) da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, é/são o(s) responsável(eis) por coordenar o planejamento da proposta de PCC relativa à disciplina.

Art. 10. O acompanhamento das atividades e orientação da PCC dar-se-á pelo(s) professor(es) da disciplina.

Art. 11. Cabe ao(s) professor(es) da disciplina a administração burocrática da mesma: registros, contato com instituições, documentos para encaminhamento dos acadêmicos, acompanhamento das práticas no campo de atuação docente, avaliação da produção discentes, dentre outros.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DE ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 12. As datas de avaliação e seus critérios deverão ser definidas pelo(s) professor(es) no planejamento do início de cada semestre, conforme o plano de ensino da disciplina.

Art. 13. O cumprimento da PCC é obrigatório para lograr aprovação. Para ser aprovado o acadêmico deverá ter a PCC realizada e registrada conforme o plano de ensino da disciplina.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 14. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Art. 15. A presente Normatização Complementar poderá ser readequada às necessidades do curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.

APÊNDICE S – Regulamentação da disciplina gestão educacional

NORMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE GESTÃO EDUCACIONAL

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA DE GESTÃO EDUCACIONAL E DA SUA NATUREZA

Art. 1º. A disciplina de Gestão Educacional é um Componente Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Matemática, sendo este componente do 7º semestre do curso.

Art. 2º. A disciplina de Gestão Educacional tem como objetivos analisar criticamente os Fundamentos da Educação Brasileira, seus aspectos históricos legais e organizacionais, bem como das especificidades da gestão educacional; desenvolver uma consciência crítica e criativa alicerçada na solidariedade, na pluralidade e na democracia; promover a discussão crítica e histórica sobre as concepções que fundamentam as teorias da organização e gestão escolar e do trabalho administrativo – pedagógico; possibilitar o estudo sobre a realidade, o contexto escolar e as relações de poder que ocorrem no cotidiano escolar a partir do cenário sócio-político brasileiro; possibilitar o estudo sobre o Projeto Político Pedagógico para planejamento organizacional e financeiro da instituição, enquanto plano global das instituições escolares.

Art. 3º. A PCC desta disciplina, pretende oportunizar aos envolvidos no processo educativo e formativo a reflexão acerca dos princípios da organização e da gestão participativa; o planejamento e gestão do tempo e do espaço nas instituições educativas e os documentos que norteiam a Gestão Educacional nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

Art. 4º. A carga horária da disciplina Gestão Educacional compreende: 60 (trinta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora; e 30 (sessenta) horas de atividades de Prática como Componente Curricular (PCC) em espaço do exercício da profissão.

CAPÍTULO II - DO(S) CAMPO(S) DE INVESTIGAÇÃO DA DISCIPLINA

Art. 5º. Os campos de investigação colocam em debate as questões do conhecimento próprio e do ensino do campo da gestão educacional. Trata-se de problematizar aspectos importantes relacionados à educação para que os seus profissionais se voltem à reflexão sobre a natureza e constituição do objeto com o qual lidam cotidianamente.

CAPÍTULO III – ORIENTAÇÕES PARA AS PCC

Art. 6º. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação do(s) professor(es) da disciplina de Gestão Educacional deverão contemplar o movimento de propiciar ao(a) aluno(a) espaço para debate e discussão acerca de temas ligados à gestão educacional.

Art. 7º. Planejamento semestral da PCC da disciplina Gestão Educacional.

§ 1º. Leituras sobre temas ligados à gestão educacional nos diferentes níveis e contextos de educação;

§ 2º. Democratização da Gestão escolar - mecanismos de participação e autonomia da unidade escolar: Os mecanismos de participação e a gestão democrática; Autonomia - conceitos, dimensões e formas de autonomia;

§ 3º. Entrevistas com direção e equipe pedagógica de uma escola pública, acerca da organização e gestão escolar da referida instituição;

§ 4º. Identificar as ações de professor gestor da escola campo;

§ 5º. Orientação da produção, organização, escrita e apresentação de trabalhos da disciplina;
§ 6º. Pesquisa em espaços de atuação docente e em outros contextos ligados à gestão;

CAPÍTULO IV - DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Art. 8º. Para o desenvolvimento da PCC é importante o planejamento de atividades envolvendo os temas da disciplina, além de registrá-las e socializá-las.

Art. 9º. O professor da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, é o responsável por coordenar o planejamento e acompanhar a realização das atividades.

Art. 10. Cabe ao(s) professor(es) da disciplina a administração burocrática a ela referente: registros, documentos para encaminhamento dos acadêmicos, acompanhamento do progresso dos artigos, avaliação da disciplina, dentre outros.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

Art. 11. As datas de avaliação e seus critérios deverão ser definidas pelo(s) professor(es) no planejamento do início de cada semestre, conforme o plano de ensino da disciplina.

Art. 12. O cumprimento da PCC é obrigatório para lograr aprovação. Para ser aprovado o acadêmico deverá ter a PCC realizada e registrada conforme o plano de ensino da disciplina.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 13. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Art. 14. A presente Normatização Complementar poderá ser readequada às necessidades do curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.

APÊNDICE T – Regulamentação da disciplina políticas públicas da educação

NORMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO E DA SUA NATUREZA

Art. 1º. A disciplina de Políticas Públicas da Educação é um Componente Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Matemática, sendo este componente do 8º semestre do curso.

Art. 2º. A disciplina de Políticas Públicas da Educação tem como objetivos: Analisar as relações entre educação, trabalho, Estado e sociedade e suas implicações no processo de ensino e de aprendizagem; fomentar o debate acerca da organização da educação brasileira em suas dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais; analisar a Constituição Federal de 1988 em seus artigos referentes a educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 com suas alterações) – níveis e modalidades de educação e ensino; identificar as Políticas educacionais e financiamentos da educação.

Art. 3º. A disciplina de Políticas Públicas da Educação tem a atribuição de estimular que o/a acadêmico(a) analise as políticas educacionais em vigor. Considerando essa premissa, essa análise se dará por meio de um estudo da LDB e suas alterações e do Plano Nacional de Educação - PNE e suas Metas, bem como do Plano Municipal de Educação – PME.

Art. 4º. A carga horária da disciplina de Políticas Públicas da Educação compreende: 60 (sessenta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora; e 30 (trinta) horas de atividades de Prática na comunidade externa como Componente Curricular (PCC) em espaço do exercício das políticas educacionais, e como essa acontece efetivamente nos municípios de Sombrio e Região. Nesse sentido, essas 30 horas de PCC terão como foco, ir além dos dados estatísticos publicados, analisar como essas políticas se apresentam no cotidiano de cada município.

CAPÍTULO II - DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

Art. 5º. Os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Modalidades da Educação.

CAPÍTULO III - DA EMENTA E METODOLOGIA DA POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

Art. 6º. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação da(o) professora(o) da disciplina de Políticas Públicas da Educação, deverão contemplar o movimento de aproximar os estudantes com o debate acerca das políticas públicas para a Educação e seu reflexo no cotidiano dos municípios e das escolas.

CAPÍTULO IV - DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Art. 7º. A PCC da disciplina de Políticas Públicas da Educação se dará da seguinte forma: mínimo de 2h de trabalho de observação e interação com um gestor municipal e/ou escolar; 2h de orientação com a professora da disciplina no IFC; as demais 26 horas de PCC serão destinadas ao planejamento da proposta de atividade, estudo teórico, e relatório da proposta apresentada.

Art. 8º. O(a) professor(a) da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, é responsável por coordenar o planejamento da proposta de PCC relativa à disciplina.

Art. 9º. O acompanhamento das atividades e orientação da PCC dar-se-á pelo(a) professor(a) da disciplina.

Art. 10. Cabe ao(a) professor(a) da disciplina a administração burocrática da mesma: registros, contato com instituições, documentos para encaminhamento dos acadêmicos, acompanhamento das práticas no campo, avaliação da produção discentes, dentre outros.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

Art. 11. A avaliação se dará por meio da apresentação de um seminário e um texto e seus critérios deverão ser definidos pelo(a) professor(a) no planejamento do início de cada semestre. Os instrumentos de avaliação serão assim definidos:

§ 1º. Apresentação do Seminário contemplando: texto principal do artigo/parágrafo/item (que considerem mais importante público alvo da Lei/Meta);

§ 2º. Vinculação com a(s) Meta(s) do Plano Nacional de Educação - PNE e o porquê do vínculo;

§ 3º. Fonte de recurso para a execução do que está previsto na Lei e Meta do PNE;

§ 4º. Postar um resumo do assunto (preferencialmente uma página);

§ 5º. Postar os slides no formato PDF;

§ 6º. Apresentar uma reportagem (escrita ou em vídeo) ou um vídeo que ilustre o assunto tratado na Lei/Meta;

§ 7º. Vincular o assunto a uma situação cotidiana da nossa realidade (município ao qual pertencem e/ou onde fizeram o estágio).

Art. 14º. O cumprimento da disciplina de Políticas Públicas da Educação e suas atividades complementares são obrigatórias para lograr aprovação. Para ser aprovado o acadêmico deverá ter a Atividade Complementar da Políticas Públicas da Educação realizada e registrada.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 15º. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Art. 16º. A presente Normatização Complementar poderá ser readequada às necessidades do curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.

APÊNDICE U – Regulamentação da disciplina produção de artigo científico

NORMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE PRODUÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA DE PRODUÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO E DA SUA NATUREZA

Art. 1º. A disciplina de Produção de Artigo Científico é um Componente Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Matemática, sendo este componente do 8º semestre do curso.

Art. 2º. A disciplina de Produção de Artigo Científico tem como objetivo Elaboração de artigo científico e/ou tecnológico envolvendo temas abrangidos pelo curso.

Art. 3º. A disciplina tem o papel de direcionar os acadêmicos do curso ao planejamento e construção de um artigo que será submetido à banca examinadora, compondo sua avaliação final.

Art. 4º. A carga horária da disciplina compreende: 30 (sessenta) horas de atividades presenciais e 30 (trinta) horas de atividades de Prática como Componente Curricular (PCC), em que o acadêmico deverá desenvolver sua pesquisa, levantamento bibliográfico e demais atividades com fins a escrita do artigo.

CAPÍTULO II - DO(S) CAMPO(S) DE INVESTIGAÇÃO DA DISCIPLINA

Art. 5º. Os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso relacionados à Educação e às especificidades do ensino e aprendizagem da Matemática no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Modalidades da Educação.

CAPÍTULO III – ORIENTAÇÕES PARA AS PCC

Art. 6º. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação do(a) professor(a) da disciplina de Produção de Artigo Científico deverão contemplar o movimento de propiciar ao(a) aluno(a) espaço para debate e discussão acerca de temas ligados à Educação Matemática com fins à produção de um artigo científico. Além disso, as atividades da disciplina devem contemplar a revisão do modelo de artigo a ser produzido, abordando seus aspectos formais, tais como formatação e organização das seções, e seus aspectos de conteúdo, como leituras dirigidas e discussões de temas possíveis de serem desenvolvidos.

Art. 7º. Planejamento semestral da PCC da disciplina Produção de Artigo Científico.

§ 1º. Revisão da estrutura e linguagem do artigo científico, metodologias de pesquisa e formatação de acordo com o padrão da ABNT;

§ 2º. Leituras sobre temas ligados à Educação Matemática nos diferentes níveis e contextos de educação;

§ 3º. Orientação por professor do corpo docente do Curso de Licenciatura em Matemática por meio de convite dos(as) acadêmicos(as).

§ 4º. Pesquisa em espaços de atuação docente e em outros contextos ligados à Educação Matemática;

§ 5º. Encontros dedicados ao auxílio dos(as) alunos(as) em questões pontuais de seus artigos durante o processo de escrita;

§ 6º. Apresentação do artigo perante banca examinadora composta por professores(as) do Curso de Licenciatura em Matemática e professores(as) convidados.

CAPÍTULO IV - DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Art. 8º. Para o desenvolvimento do componente prático da disciplina é importante o planejamento da escrita por meio das aulas expositivo-dialogadas, em que serão revisados elementos da estrutura e linguagem do artigo científico, metodologias de pesquisa e formatação de acordo com o padrão da ABNT. Além disso, devem ser feitas leituras dirigidas e discussões sobre temas ligados à Educação Matemática nos diferentes níveis e contextos de educação. Devem ser realizadas apresentações orais das propostas de tema para a escrita do artigo científico aos colegas e professor(a) da disciplina, bem como encontros dedicados ao auxílio dos(as) alunos(as) em questões pontuais de seus artigos durante o processo de escrita.

Art. 9º. O professor da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, é o responsável por coordenar o planejamento da proposta de PCC relativa à disciplina.

Art. 10. O acompanhamento das atividades presenciais e encaminhamento da PCC dar-se-á pelo professor da disciplina. A orientação do artigo será de responsabilidade do professor orientador escolhido pelo(a) acadêmico(a) em conjunto com o professor da disciplina.

Art. 11. Cabe ao professor da disciplina a administração burocrática a ela referente: registros, documentos para encaminhamento dos acadêmicos, acompanhamento do progresso dos artigos, avaliação da disciplina, dentre outros.

Art. 12. Caberá ao professor orientador incentivar a publicação da produção das PCC, bem como das atividades da disciplina em eventos e/ou periódicos da área.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

Art. 13. As datas de avaliação e seus critérios deverão ser definidas pelo(a) professor(a) no planejamento do início de cada semestre. Contudo, são previamente definidos os seguintes instrumentos de avaliação: i) ficha de orientação registrando os encontros com o(a) orientador(a) e coorientador(a), quando houver; ii) apresentação da proposta de tema para artigo aos colegas e professor em seminário interno da disciplina, apontando como o estudo será desenvolvido; iii) avaliação do artigo e iv) apresentação do artigo perante banca composta por professores do Curso de Licenciatura em Matemática e/ou professores convidados. Some-se a estes os instrumentos de avaliação que o(a) professor(a) da disciplina julgar necessário.

Art. 14. O cumprimento da PCC é obrigatório para obter aprovação na disciplina. Para ser aprovado nesta disciplina, o acadêmico deverá ter a PCC realizada, registrada e aprovada sob a forma de apresentação do artigo para a banca examinadora composta pelo orientador e dois avaliadores, e ainda a entrega de versão impressa e digital.

§ 1º. A Ficha de avaliação de artigo científico dos membros da banca deverá conter o título do artigo, o nome do aluno e o nome do avaliador.

§ 2º. O avaliador deverá atribuir notas, de zero a dez, a cada um dos critérios de avaliação:

I – Apresentação escrita

II – Resumo

III – Relevância

IV – Elementos introdutórios (tema, justificativa, problema e objetivos)

V – Fundamentação teórica

VI – Aspectos metodológicos

VII – Resultados e considerações finais

VIII – Comprometimento durante o processo de elaboração

§ 3º. A nota do avaliador será a média aritmética, com até um decimal, das notas atribuídas aos critérios de avaliação.

§ 4º. O avaliador deverá registrar eventuais observações, caso deseje e assinar a Ficha de avaliação.

§ 5º. A nota final do artigo científico será composta pela média aritmética, com até um decimal, das notas dos avaliadores da banca.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Art. 16. A presente Normatização Complementar poderá ser readequada às necessidades do curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.